



Relatório de Atividades – 2010



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Relações Institucionais - SRI
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES

Relatório de Atividades 2010

Brasília, dezembro de 2010

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

Secretária

Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretoria de Gestão

Diretor

Ronaldo Küfner

Gerente de Projeto

Raquel de Albuquerque Ramos

Gerente de Projeto

Daniele Cristina de Souza

Gerente de Projeto

Eduardo de Almeida

Gerente de Projeto

Hilta Figueiredo de Moraes

Assessor Técnico

Luiz Carlos Emanuely Osório

Assessora Técnica

Valéria Amorim Barcelos

Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

Diretor

Adroaldo Quintela Santos

Assessora Técnica

Patrícia da Silva Pego

Secretária Adjunta

Ângela Cotta Ferreira Gomes

Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

Diretora

Ana Lúcia de Lima Starling

Gerente de Projeto

Maria França e Leite Velloso

Gerente de Projeto

Rosa Maria Nader

Diretoria Internacional

Diretora

Maria Luiza Falcão Silva

Especialista

Cristina Ribeiro Fernandes Quadra

Especialista em Políticas Públicas

Larissa Carolina Loureiro Villarroel

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393

Brasília – DF – CEP: 70.150-900

cdes@planalto.gov.br – www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

ISSN:

Tiragem: 500 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo feita pela Biblioteca da Presidência da República

R382

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010. BRASÍLIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CDES, 2010.

64 P.

1. DESENVOLVIMENTO CDES 2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 3. GESTÃO PÚBLICA. I. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CDES, 2010.

ODD - 350

Índice

Apresentação	7
Composição do CDES (2009/2011)	9
Atividades Desenvolvidas em 2010	13
Reuniões do Pleno do CDES	17
Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento	21
Reuniões Preparatórias	21
Reuniões Regionais	22
Reuniões de Disseminação	24
Comitê Gestor	29
GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento	31
GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental	33
GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica	35
GT Ciência e Tecnologia	37
GT Grandes Eventos Esportivos	39
Observatório da Equidade	41
Atividades Internacionais	45
Outras Atividades	51
ANEXOS	55
Moções	
MOÇÃO AGRICULTURA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO	57
MOÇÃO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E ROYALTIES	58
MOÇÃO SOBRE BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS	59
MOÇÃO SOBRE A INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA AO PRÊMIO NOBEL DA PAZ	60
MOÇÃO SOBRE O PRÉ-SAL E O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO	61



Apresentação

Este é o oitavo Relatório de Atividades publicado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. O esforço para manter atualizada esta prestação de contas das atividades exercidas a cada ano pelo Conselho se justifica tanto pelo volume e qualidade da sua produção, quanto pela certeza que todos os envolvidos têm sobre a sua importância como um instrumento democrático de participação social.

Aos que tiveram a oportunidade de acompanhar o Conselho ao longo dos anos fica clara a estratégia dos Conselheiros e Conselheiras de pensar o desenvolvimento do País de maneira sistemática, buscando um horizonte de médio e longo prazo sem, no entanto, se descuidar das questões conjunturais que se apresentam ao longo do percurso.

Dessa maneira, o CDES elaborou documentos estruturantes como as Cartas de Concertação, que organizaram os debates iniciais no CDES; a Agenda Nacional de Desenvolvimento, de 2005; os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, em 2006. Em todos estes momentos, o trabalho foi marcado por um debate amplo e sincero entre este grupo de 90 representantes dos mais variados segmentos sociais, contando sempre com a colaboração de pessoas e instituições de reconhecido saber nas áreas específicas, com o intuito de dar maior densidade às análises e recomendações produzidas.

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, apresentada em junho deste ano, o CDES reconhece as mudanças positivas nos indicadores econômicos e sociais, os resultados alcançados e as perspectivas abertas, que configuram um ciclo de desenvolvimento posto em curso no País, e propõem diretrizes para ampliar as dinâmicas e fazer avançar este processo.

O Relatório de Atividades 2010 encerra os trabalhos do CDES no assessoramento do Presidente responsável pela sua criação. Acreditando que governar é também abrir espaço para a participação social, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social consta entre as medidas iniciais do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Os empresários, trabalhadores, intelectuais e outras lideranças que compõem o CDES e todos aqueles que dele participaram atenderam ao chamado para a construção do espaço e contribuíram para sua consolidação na arquitetura da democracia brasileira, trazendo para dentro do governo a sociedade civil organizada.

E é para mim motivo de grande satisfação estar à frente do Conselho neste momento histórico em que a dedicação e o empenho dos Conselheiros e Conselheiras na tarefa de pensar o País produz frutos na tarefa de tornar o Brasil um país desenvolvido, com motivação para seguir este trabalho que agora é reconhecido como uma conquista da sociedade.

Ministro Alexandre Padilha

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



Composição do CDES (2009/2011)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abílio Diniz - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar
Adilson Primo - Presidente da Siemens do Brasil e 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABIDIB)
Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Amarílio Macêdo - Presidente das Empresas J. Macêdo
Antoninho Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan
Antonio Carlos Valente - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil
Antonio Fernandes dos Santos Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
Antonio Gil - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)
Arildo Mota Lopes - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)
Artur Henrique da Silva Santos - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Augusto Chagas - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)
Bruno Ribeiro de Paiva - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Câmara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes
Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool da Bahia
Carmen Helena Ferreira Foro - Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Cezar Britto - Advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Cláudio Konz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)
Cledorvino Belini - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Clélio Campolina Diniz - Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.
Danilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo
Dom Luiz Demétrio - Presidente da Cáritas Brasileira
Enilson Simões de Moura (Alemão) - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Fabio Colletti Barbosa - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Grupo Santander Brasil
Fernando Dantas Alves Filho - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers
Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América
Ivo Rosset - Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda.
Jackson Schneider - Vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Jacy Afonso de Melo - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil
João Bosco Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)
João Elisio Ferraz de Campos - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)
João Paulo dos Reis Velloso - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)



Jorge Gerdau - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau
Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
José Antônio Moroni - Membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integrante da plataforma de movimentos sociais pela reforma do sistema político
José Carlos Bumlai - Pecuarista e Produtor Rural
José Carlos Cosenzo - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
José Conrado Azevedo Santos - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA
José Lopez Feijóo - Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)
José Zunga - Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações (IOST)
Joseph Couri - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)
Laerte Teixeira da Costa - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Lincoln Fernandes - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
Lúcia Stumpf - Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM), representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)
Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)
Luiz Eduardo Abreu - Diretor Presidente das Empresas do Grupo NSG
Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da Rede Magazine Luiza
Manoel Silva da Cunha - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/IBRE/FGV)
Marcelo Odebrecht - Diretor Presidente da Odebrecht S.A.
Marcelo Giufrida - Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)
Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Marcos Jank - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)
Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais
Maurício Botelho - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)
Maurílio Biagi Filho - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema
Moacyr Auerswald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas
Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia
Naomar Monteiro de Almeida Filho - Médico, Professor Titular e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Nelson Côrtes da Silveira - Controlador e administrador da empresa DF Vasconcelos Ltda, especializada em ótica e mecânica de precisão.
Oded Grajew - Conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Coordenador do Movimento Nossa São Paulo
Olavo Machado Júnior - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
Paulo Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
Paulo Speller - Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)
Paulo Tigre - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)
Paulo Vellinho - Representante da Empresa Granóleo S.A. – Óleos Vegetais
Renato Conill - Presidente do Grupo Süd Metal
Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Roberto Franklin de Leão - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Robson Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI
Rodrigo Loures - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)
Rogelio Golfarb - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford
Rozani Holler - Cooperativista da Cooperativa de Agentes Ambientais (COOPERAGIR)
Sérgio Haddad - Coordenador Geral da Ação Educativa
Sergio Reze - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)



Sérgio Rosa - Presidente da Companhia de Previdência Aberta BrasilPrev

Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife

Sônia Hess de Souza - Presidente da Dudalina S.A.

Tania Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Vicente Mattos - Diretor de Relações Institucionais do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia (SINDUSCON-BA)

Viviane Senna - Presidente do Instituto Ayrton Senna

Walter Torre Júnior - Presidente da WTORRE S.A.

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Ministro de Estado da Fazenda

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



Atividades Desenvolvidas em 2010

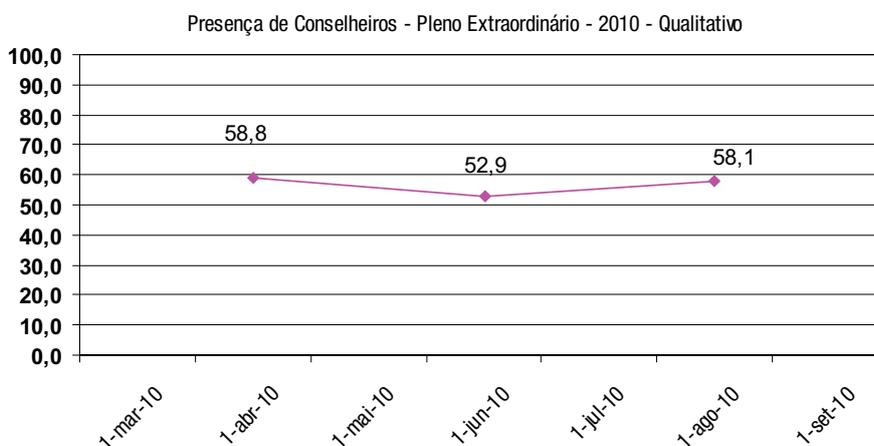
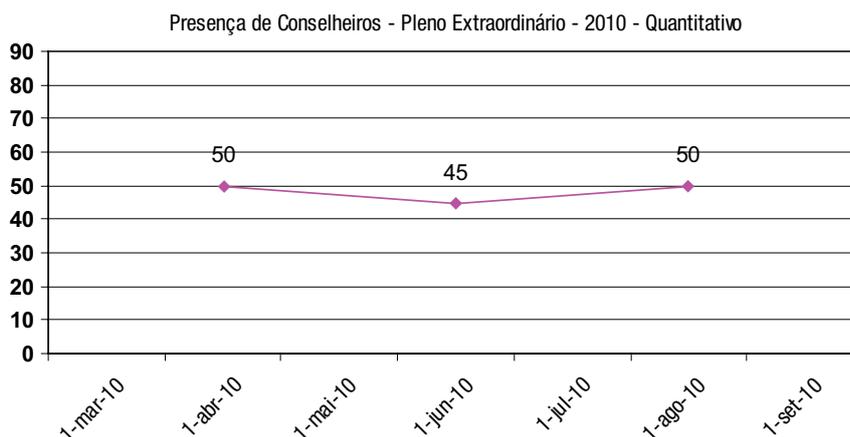
O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República realizou 86 atividades ao longo do ano de 2010, entre reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios, missões internacionais e reuniões diversas. Isto equivale a uma média mensal de 7,1 atividades. É importante ressaltar que este Relatório de Atividades 2010 tem como objetivo trazer uma síntese de todas as atividades do Conselho ao longo de cada ano, trazendo ainda estatísticas e documentos que visam dar um melhor entendimento do trabalho realizado.

Como o ano de 2010 marca o fechamento de um ciclo de atividades do CDES, com o encerramento do governo do Presidente Lula, a divulgação do Relatório de Atividades 2010 foi antecipada, fazendo com que atividades previstas para o período de novembro e dezembro do ano corrente tenham sido incluídas antes da sua realização.

O grande destaque do trabalho realizado pelo CDES em 2010 foi a elaboração e divulgação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento – ANC, lançada em 17 de junho do ano corrente. O processo de elaboração e o aprofundamento dos temas abordados na ANC foram os temas dos debates das três reuniões plenárias ocorridas até outubro de 2010.

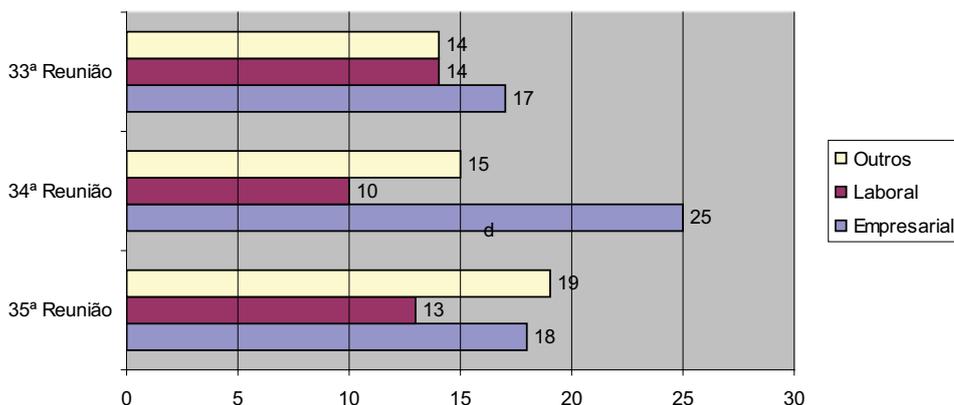
Como ocorre desde sua criação, a presença dos Conselheiros se manteve estável, próxima dos 60%, conforme os gráficos a seguir.

Presenças dos Conselheiros em Reuniões Ordinárias





Presenças dos Conselheiros em Reuniões Ordinárias, por setor



A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento apresenta o entendimento deste conjunto de atores sociais sobre ciclo de desenvolvimento que está em curso no País e os desafios para fazer avançar este processo. A necessidade de elaborar o documento partiu dos Conselheiros, ao iniciarem os debates sobre a crise econômica e financeira internacional, em março de 2008.

O trabalho teve início em janeiro com um questionário respondido por todos os conselheiros, seguido por um amplo debate em uma Oficina, realizada no mês de março, com a participação dos economistas Ricardo Bielschowsky (CEPAL), João Carlos Ferraz (BNDES) e Marcio Pochmann (IPEA).

O primeiro esboço da ANC foi debatido durante a 33ª Reunião Ordinária Plenária, quando foram apurados os consensos e identificados os temas a serem aprofundados em busca de convergência. Finalmente, a 34ª Reunião Ordinária Plenária, em 17 de junho, marcou o lançamento do documento, com a participação do Presidente Lula, do Vice-Presidente José de Alencar e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, os conselheiros apontam um conjunto de mudanças econômicas e sociais que permitiram que o Brasil fosse menos atingido pela crise econômica mundial e desfrutasse de condições mais favoráveis do que a maioria dos países para a retomada do crescimento econômico, no contexto de condições internacionais ainda bastante adversas.

A ANC afirma ainda que está em curso um modelo de desenvolvimento construído por meio de decisões democraticamente negociadas, buscando responder aos desafios de uma sociedade moderna e complexa que exige novas articulações entre as políticas econômica, social e ambiental. É um modelo que produziu rupturas históricas na redução da pobreza e distribuição da renda nacional, no aumento do emprego formal, na disponibilidade de crédito, na busca de soluções para a questão ambiental.

A Agenda apresenta uma estratégia que articula elementos internos e inserção internacional. É preciso consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e na ampliação dos investimentos inovativos. E deve-se buscar uma inserção ativa na economia internacional.

Dentre os desafios que o País deve enfrentar para fazer avançar o processo de desenvolvimento, o Conselho considera como principais: 1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a sociedade do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel da infraestrutura; 8) Sustentabilidade; e 9) Consolidação e ampliação de políticas sociais.

Após o lançamento da ANC, o Conselho partiu para a segunda etapa do trabalho: a disseminação de seu conteúdo. Para tal tarefa, os Conselheiros optaram pela realização de reuniões ampliadas regionais. Durante os meses de julho, agosto e setembro, o CDES realizou um total de 13 reuniões, passando pelas seguintes cidades: Curitiba; Rio de Janeiro; Porto Alegre; Rio Branco; Recife; Aracaju; Santarém; Belém; São Paulo; Ribeirão Preto; Salvador; Florianópolis; e Belo Horizonte.

Durante as reuniões, os Conselheiros puderam somar à visão estratégica nacional da ANC uma perspectiva regional e local, de forma a colher subsídios para a constante atualização da Agenda, buscando adicionar estas perspectivas ao trabalho. Os eventos mobilizaram lideranças empresariais e trabalhistas das diversas localidades, mostrando, ainda, a importância da participação social na vida política do País.



Por fim, a 35ª Reunião Ordinária Plenária teve como tema “Educação e Inovação para o Novo Ciclo de Desenvolvimento”. A escolha se deu por ser a educação o tema prioritário apontado na ANC. A reunião contou com a presença dos Ministros Fernando Haddad (Educação) e Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e do presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho.

Além das atividades plenárias, o CDES deu continuidade às atividades dos grupos de trabalho, sempre buscando debater temas ligados à ANC, como forma de contribuir para a sua elaboração. Foi criado o GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento com o objetivo de coordenar as reuniões e debates dos temas prioritários da ANC. No seu âmbito foi criado o Subgrupo Balanço de Pagamentos e Transações Correntes, com o objetivo de debater o crescimento do déficit em transações correntes no balanço de pagamentos e elaborar propostas para aumentar as exportações e reduzir o déficit numa perspectiva de médio e longo prazo.

Em 2010, o GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento deu continuidade aos seus trabalhos e criou o Subgrupo Financiamento de Longo Prazo, que visa elaborar propostas de mecanismos de financiamento de longo prazo para sustentar o crédito no novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira.

O GT Ciência e Tecnologia retomou os debates sobre inovação e também realizou reuniões para subsidiar as missões internacionais das quais o Conselho participou. O GT Educação Profissional centrou seus debates na inovação e formação profissional.

O GT Matriz Energética para o desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental criou o Subgrupo Requalificação dos Trabalhadores da Cana-de-Açúcar, com objetivo de acompanhar o trabalho que vem sendo feito de absorção e treinamento da mão de obra originária das plantações de cana para o setor da construção civil.

Por fim, foi criado o GT Grandes Eventos Esportivos, cujo objetivo é acompanhar de maneira ampla todos os aspectos envolvidos na realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Também foi dada continuidade ao trabalho do Observatório da Equidade, que atualmente trabalha com os temas “As Desigualdades na Escolarização no Brasil” e “Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional”, cujos relatórios foram atualizados de acordo com os dados mais recentes. Para isto, foram realizadas reuniões das equipes técnicas de cada um dos temas, do Conselho Diretor, além de seminários e colóquios temáticos, com os objetivos de ampliar o debate com integrantes da Rede de Observação e reunir informações e dados para embasar o trabalho do OE.

No âmbito da Cooperação Internacional, o CDES realizou a 2ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil CDES e Conselho Econômico e Social Europeu (CESE), em janeiro, em Belém/PA. O tema do encontro foi “Mudança Climática e Matriz Energética Mundial”. A 3ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil CDES e Conselho Econômico e Social Europeu (CESE) ocorreu em Bruxelas, Bélgica, em setembro, e teve como tema “Dimensão Participativa e Equidade Social e Segurança Alimentar e Nutricional”. Também foi realizada a II Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, em maio, cujo tema foi “O papel do BRIC como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes”.

Em relação às atividades bilaterais, o CDES promoveu uma reunião conjunta com o Conselho Econômico e Social da Espanha durante sua participação no 6º Encontro da Sociedade Civil União Europeia- América Latina.

Também foram retomadas as atividades do CDES no âmbito da AICESIS, com a participação na Assembleia Geral da AICESIS em Nova Iorque, além de participação nas reuniões do Conselho de Administração da Associação e da relatoria do tema de trabalho, que é “O Papel dos Conselhos Econômicos Sociais e Instituições Similares no Novo Modelo Econômico, Social e Ambiental de Governança Global”. Com o intuito de trazer mais subsídios ao tema, o CDES promoveu em parceria com a AICESIS, em setembro, o Seminário Internacional sobre Governança.

Além da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, em 2010 o CDES publicou os seguintes documentos:

- As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 4;
- Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - Relatório de Observação nº 2;
- Parecer de Observação nº 4 - As Desigualdades na Escolarização no Brasil;
- Parecer de Observação nº 1 - O Sistema Tributário Nacional;
- Moção do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre a Agricultura para o Novo Ciclo de Desenvolvimento;
- Moção sobre a Aplicação dos Recursos do Fundo Social do Pré-Sal;
- Moção sobre Bioenergia e Biocombustíveis;
- Moção sobre indicação da Pastoral Criança ao Premio Nobel da Paz.

A seguir estão colocadas as atividades realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ao longo do ano e em anexo, as Moções aprovadas.



Reuniões do Pleno do CDES

33ª Reunião Ordinária

Data: 23/04/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Sala Brasília – Palácio do Itamaraty – Brasília/DF

Tema: Debate preliminar da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Rocha Santos Padilha, Antonio de Aguiar Patriota, Eloi Ferreira de Araújo, Erenice Guerra, Izabella Mônica Vieira Teixeira, Márcia Helena Carvalho Lopes e Nilcéa Freire.
- 45 conselheiros
- 42 convidados

O ministro Alexandre Padilha abriu a reunião pedindo aos conselheiros que assumam a responsabilidade de concretizar o que seja uma nova agenda de desenvolvimento para o País.

Em seguida, os conselheiros reuniram-se em Grupos de Trabalho e debateram o documento inicial que apontou doze eixos de encaminhamentos e discussões: os novos horizontes da educação; o papel do Estado; o papel das tecnologias; trabalho decente e inclusão produtiva; apoio ao desenvolvimento local e regional; o papel da infraestrutura; o potencial da agricultura; a intermediação financeira; políticas fiscal e ambiental; consolidação de políticas sociais e padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento.

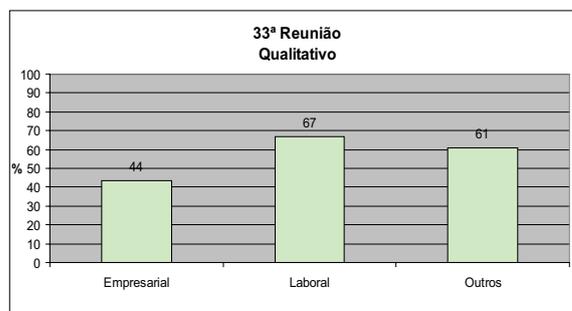
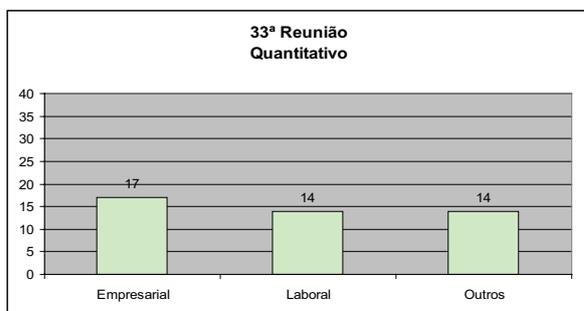
Os conselheiros Artur Henrique, Paulo Simão e Marcelo Néri, do comitê gestor do CDES, após os debates nos GTs, apresentaram à plenária as avaliações do conjunto de conselheiros sistematizadas por eles. Para Artur Henrique, os desafios sociais exigem iniciativas mais abrangentes por parte do CDES, assim como a modernização e o resgate da dimensão pública do Estado.

O Conselheiro Paulo Simão ressaltou que as prioridades destacadas foram a qualificação dos processos eleitorais, com ênfase ao financiamento de campanhas eleitorais, e qualificação das carreiras públicas, além do combate à corrupção e a valorização da segurança pública no debate sobre o papel do Estado. Outro ponto foi o foco na inovação no que tange o papel da tecnologia. E como terceiro eixo principal, por unanimidade, foi pontuada a educação de qualidade.

O Conselheiro Marcelo Neri apontou que houve uma redução inédita das desigualdades no Brasil nos últimos oito anos. Atualmente, são 19,5 milhões de pessoas que já saíram da miséria. Mantendo o crescimento, será possível reduzir a pobreza em mais 14 milhões de pessoas e incorporar mais 36 milhões às classes A, B e C. O Conselheiro afirmou ainda que em seu grupo de trabalho houve consenso em relação à educação como fundamental para a próxima agenda do CDES.

No início da reunião, foi realizada uma homenagem à conselheira Zilda Arns, morta no terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010.

Presenças na 33ª Reunião Ordinária





34ª Reunião Ordinária

Data: 17/06/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Sala Brasília - Palácio do Itamaraty - Brasília/DF

Tema: Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Vice-presidente José Alencar;
- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Rocha Santos Padilha, Antonio de Aguiar Patriota, Eloi Ferreira de Araújo, Guido Mantega, Izabella Mônica Vieira Teixeira, Luiz Alfredo Salomão, Márcia Helena Carvalho Lopes, Miguel João Jorge Filho e Paulo Roberto dos Santos Pinto.
- 50 conselheiros
- 46 convidados

A reunião teve como objetivo central apresentar ao Presidente Lula a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. O evento contou com a presença do Presidente Lula, do Vice-presidente, José Alencar, do Ministro da Fazenda, Guido Mantega e do Ministro-Chefe da SRI, Alexandre Padilha.

Ao abrir a reunião, o Ministro Alexandre Padilha destacou que o documento mostra que o Brasil está em um novo patamar de desenvolvimento e aponta os principais desafios para o futuro do País, com destaque para a priorização da educação.

Em sua palestra, o Ministro Guido Mantega afirmou que o governo fez importantes desonerações e, apesar do aumento da arrecadação, a carga tributária tem diminuído. Informou ainda que o investimento brasileiro deve crescer em 2010 20% em relação a 2009. Citou que a previsão de aplicação de recursos na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) será de R\$ 955 bilhões, no período de 2011 a 2014. O Ministro disse que o Brasil está entre os países que vão liderar o crescimento mundial, sem inflação. Por fim, declarou que os bons resultados da economia seguem uma estratégia traçada pelo governo, com uma política que combina desenvolvimento, ações sociais e distribuição de renda.

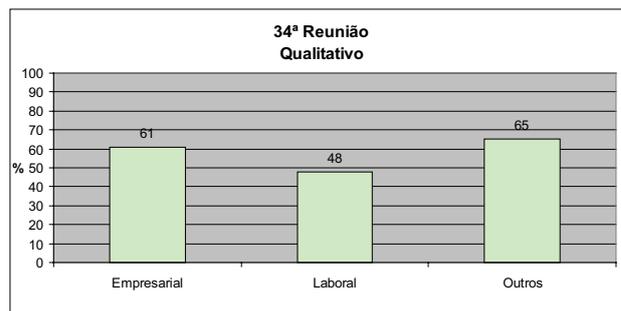
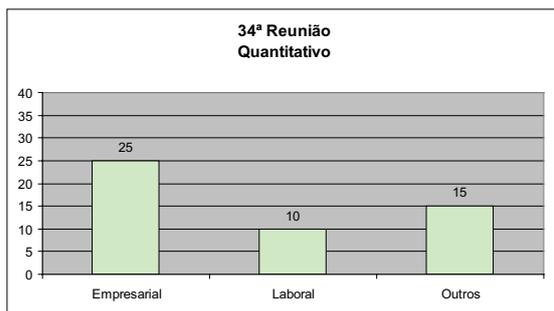
A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi apresentada pelos conselheiros Marcelo Neri, Artur Henrique e Paulo Simão, destacando que a decisão de elaborar a ANC teve início com os debates que o CDES empreendeu sobre a crise econômica mundial de 2008. A Agenda mostra que o Brasil se encontra em um novo patamar de desenvolvimento e que para continuar avançando rumo ao desenvolvimento deve combinar duas estratégias: consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e na ampliação dos investimentos inovativos; e buscar uma inserção ativa na economia internacional.

A ANC aponta diretrizes estratégicas para os seguintes eixos: 1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a sociedade do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel da infraestrutura; 8) Sustentabilidade ambiental; 9) Consolidação e ampliação de políticas sociais.

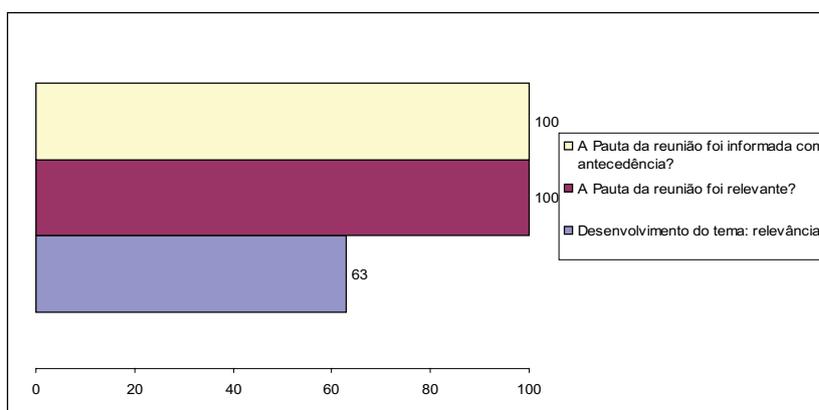
O Vice-presidente José Alencar enfatizou que o Conselho representa um fator de integração entre sociedade e governo e é uma instituição que permite que a economia funcione como um meio para que o governo alcance os objetivos sociais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que se o Conselho não existisse seria preciso criá-lo “só para chegar a essa conclusão”. “Se em outros momentos da história tivéssemos um conselho como esse, que discutisse tecnologia, desenvolvimento e educação, possivelmente seríamos hoje o que estamos nos propondo a ser daqui a 10 ou 15 anos”, afirmou o Presidente Lula. Ele ressaltou que tanto ele quanto o Vice-presidente, José Alencar, “dois brasileiros sem diploma universitário”, estão hoje, “com o carimbo de presidente e vice que mais universidades e cursos de extensão universitária fizeram no Brasil”.

Presenças na 34ª Reunião Ordinária



Questionário de avaliação do 34º Pleno do CDES (respostas positivas)



35ª Reunião Ordinária

Data: 26/08/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Sala Brasília - Palácio do Itamaraty - Brasília/DF

Tema: Educação e Inovação para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Rocha Santos Padilha, Eloi Ferreira de Araújo, Fernando Haddad e Miguel João Jorge Filho.
- 50 conselheiros
- 55 convidados

A reunião teve como tema “Educação e Inovação para o Novo Ciclo de Desenvolvimento”. Participaram os ministros Fernando Haddad (Educação), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que fizeram uma apresentação sobre o tema.

Na abertura da reunião o Ministro Alexandre Padilha informou que o tema foi escolhido em função da educação ter sido colocada como prioridade na ANC. Lembrou aos conselheiros a importância das reuniões regionais promovidas pelo CDES nos meses de julho e agosto com objetivo de disseminar o conteúdo da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento – ANC.

O Conselheiro Clemente Ganz Lúcio introduziu o tema da educação e sua abordagem no CDES. Para o conselheiro, a educação é fator estratégico para que o País enfrente as questões da desigualdade. Na sua avaliação, apenas a educação é que pode dar qualidade ao crescimento para gerar desenvolvimento.

O Conselheiro Antoninho Trevisan falou da abordagem da Ciência, Tecnologia e Inovação no Conselho. Afirmou que é preciso promover ações de difusão e transferência de conhecimentos, metodologias, tecnologias e melhores práticas.

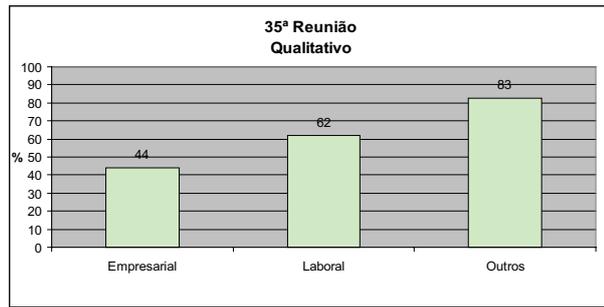
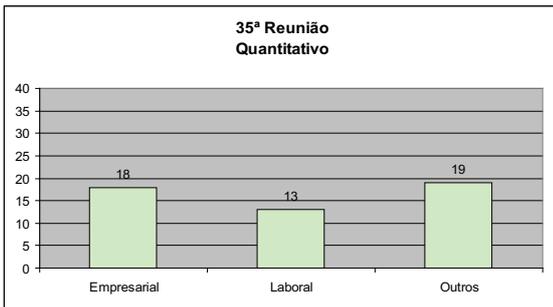


O Ministro Miguel Jorge reafirmou a importância da Política de Desenvolvimento Produtivo no enfrentamento da crise econômica mundial de 2008. Ressaltou que durante a crise, a força do mercado interno brasileiro foi decisiva para o País. Houve resposta rápida do governo para manter a demanda aquecida e sustentar o investimento brasileiro. Para o Ministro, o novo ciclo de crescimento abre a oportunidade para se promover um padrão de desenvolvimento em que a indústria brasileira volte a desempenhar um papel de protagonista. Mas ressaltou que é preciso fortalecer a capacidade de inovação das empresas, além de se produzir e/ou prestar serviços ambientalmente sustentáveis. Por fim, chamou atenção para a importância de se reforçar a formação profissional dos trabalhadores.

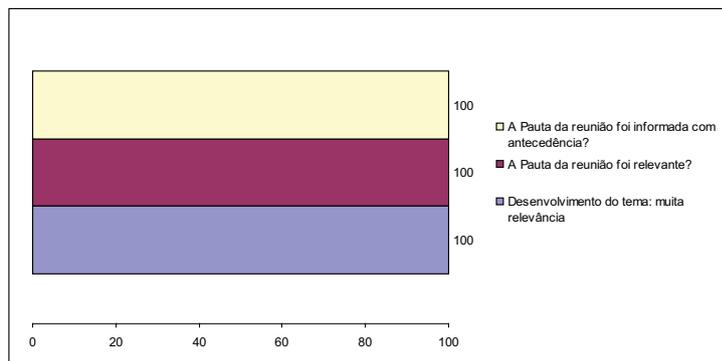
O Ministro Fernando Haddad lembrou que o orçamento do MEC duplicou em termos reais no governo do Presidente Lula. Isso permitiu o lançamento do Plano Nacional da Educação (PNE) abrangendo os gargalos da educação brasileira. Para o Ministro, um dos desafios é estabelecer a concomitância entre o ensino médio e a educação profissional. Sobre a ampliação do ensino técnico, afirmou que a maior dificuldade é que o Brasil não possui uma rede privada de ensino. Disse ainda que está em fase de conclusão um programa que vai dar incentivo fiscal às empresas que investirem na formação profissional de seus trabalhadores. Para Fernando Haddad, o gargalo da inovação é a falta de tradução da ciência aplicada em produção. Por fim, disse que em relação à educação no campo foram tomadas medidas importantes, mas ainda insuficientes diante das necessidades do campo. Um dos desafios é a implantação de escolas técnicas em assentamentos e aglomerados de pequenos produtores.

Luciano Coutinho, presidente do BNDES, colocou como um dos desafios a melhoria na qualidade do ensino superior privado. Apoiou a proposta de benefício fiscal para empresas que investem em formação profissional. Para Coutinho, o desafio é dinamizar e fortalecer os processos de inovação. Um dos entraves é que os setores de Tecnologia da Informação e Comunicação, que são intensivos em conhecimento, têm peso pequeno no PIB brasileiro (cerca de 5% contra 9% no Japão, por exemplo). Defendeu o aumento da subvenção econômica para instalação de centros de P&D para grandes empresas, uma vez que a inovação em P&D tem crescido pouco devido à pequena participação privada.

Presenças na 35ª Reunião Ordinária



Questionário de avaliação 35º Pleno do CDES (respostas positivas)



36ª Reunião Ordinária*

Data: 02/12/2010

Horário: 09h30

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: O Legado do CDES

* Atividade prevista



Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Reuniões Preparatórias

Oficina preparatória para construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 10/03/2010

Horário: 09h às 15h

Local: São Paulo/SP

Presenças: 33 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 17 convidados

Oficina de Trabalho com o objetivo de iniciar a construção coletiva da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. O evento contou com palestras iniciais dos economistas Ricardo Bielshowski, da Cepal, e João Carlos Ferraz, do BNDES, além da participação do presidente do IPEA, Marcio Pochmann. Em seguida, os Conselheiros se reuniram em grupos, divididos pelos temas: “O modelo de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável”; “Os desafios para o novo ciclo de desenvolvimento” e “O papel do Estado”. Ao final, os Conselheiros coordenadores apresentaram a sistematização dos debates realizados em cada grupo. Como encaminhamento da reunião, os Conselheiros decidiram que o Comitê Gestor do CDES se reuniria para fazer a sistematização do documento final.

2ª Reunião preparatória da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 17/05/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

Tema: O papel do Estado no novo ciclo de desenvolvimento do Brasil

Presenças: 19 conselheiros

Reunião com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para aprofundar o tema do papel do Estado no novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, com vistas a aprofundar as convergências para a elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

3ª Reunião preparatória da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 26/05/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Ministério da Fazenda, Brasília/DF

Tema: O papel do Estado e a questão fiscal

Presenças: 11 conselheiros e 6 convidados

O Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, falou sobre a política fiscal brasileira e qual o papel do Estado em sua definição. A reunião teve como objetivo aprofundar o debate em busca de convergências sobre o tema para a elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

4ª Reunião preparatória da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 28/05/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: A crise europeia e suas repercussões

Presenças: 10 conselheiros e 4 convidados

Reunião com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo sobre a crise europeia, suas repercussões e o papel do Estado. O encontro teve como objetivo buscar convergências para a elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.



Reuniões Regionais

I Reunião Regional - Curitiba

Data: 15/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Curitiba/PR

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, um ministro e 69 convidados

II Reunião Regional – Rio de Janeiro

Data: 22/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, um ministro e 87 convidados

III Reunião Regional – Porto Alegre

Data: 29/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, Porto Alegre/RS

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 4 conselheiros, 1 ministro e 67 convidados

IV Reunião Regional – Rio Branco

Data: 30/07/2010

Horário: 08h30 às 10h30

Local: Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC, Rio Branco/AC

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro, governador do Estado e 35 convidados

V Reunião Regional - Recife

Data: 05/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Palácio Campo das Princesas, Recife/PE

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, 1 ministro, governador do Estado e 41 convidados

VI Reunião Regional - Aracaju

Data: 12/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Radisson Hotel, Aracaju/SE

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 ministro, governador do Estado e 71 convidados

VII Reunião Regional - Santarém

Data: 13/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Santarém/PA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 80 convidados



VIII Reunião Regional – Belém

Data: 13/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Belém/PA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 45 convidados

IX Reunião Regional – São Paulo

Data: 19/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, São Paulo/SP

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 10 conselheiros, 1 ministro e 70 convidados

X Reunião Regional – Ribeirão Preto

Data: 20/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – ACIRP, Ribeirão Preto/SP

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 120 convidados

XI Reunião Regional – Salvador

Data: 27/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Associação Comercial da Bahia, Salvador/BA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, 1 ministro, governador do Estado e 91 convidados

XII Reunião Regional - Florianópolis

Data: 03/09/2010

Horário: 14h às 17h

Local: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, Florianópolis/SC

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, 1 ministro e 50 convidados

XIII Reunião Regional – Belo Horizonte

Data: 08/09/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, Belo Horizonte/MG

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, 1 ministro e 28 convidados



Reuniões de Disseminação

Colóquio Agricultura para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 04/08/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Brasília/DF

Presenças: 19 conselheiros, 5 ministros e 102 convidados

Na abertura do evento o Ministro Alexandre Padilha informou que o Colóquio faz parte do processo de disseminação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. O Ministro destacou que na visão do CDES a agricultura tem importância estratégica para a economia e a segurança alimentar do País, com base no tripé: sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Ministro Wagner Rossi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) explicou que o protagonismo econômico do setor agropecuário é recente no Brasil, e agora tem grande importância para o debate sobre os rumos do desenvolvimento. Ressaltou a capacidade empreendedora do produtor rural brasileiro como um dos pontos mais importantes para o fomento do setor e afirmou a importância da política agrícola brasileira, sobretudo os estímulos creditícios que aumentam a cada ano-safra. Afirmou que a agricultura comercial e a agricultura familiar contribuem decisivamente para a nossa segurança alimentar.

O Ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) salientou que é fundamental uma agricultura diversificada voltada para a exportação e outra para a agricultura familiar, voltada para a produção de alimentos destinados a suprir o mercado interno. Estes modelos de agricultura podem conviver e interagir. Ressaltou que somente Brasil e África dispõem de terras agricultáveis para ampliar a produção de alimentos.

A Ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) afirmou que é necessário olhar para o futuro com relação ao uso sustentável dos recursos naturais. Portanto, defende a necessidade de recuperar o planejamento estratégico de médio e longo prazos, de forma a discutir e implementar as alternativas para uma agricultura sustentável.

A Ministra Márcia Lopes (Desenvolvimento Social) ressaltou o foco do ministério na Política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, a qual dialoga com a Agricultura Familiar e com a política de abastecimento a cargo do MAPA. Ressaltou que a SAN incentiva a produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos na quantidade e qualidade exigidas pela sociedade brasileira.

O ex-ministro Pratini de Moraes ressaltou a importância do Brasil abrir e manter mercados para exportação de produtos agropecuários. Afirmou que o Brasil não compete com agricultores, mas sim com subsídios de americanos e europeus.

O Conselheiro Alberto Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG ressaltou a importância de discutir com a sociedade que agricultura se busca para o futuro e debater de forma mais intensa a importância da agricultura familiar, pois ela gera desenvolvimento na localidade.

Colóquio Acesso à Banda Larga no Brasil

Data: 26/08/2010

Horário: 14h30 às 17h30

Local: Sala Brasília - Palácio Itamaraty, Brasília/DF

Tema: Plano Nacional de Banda Larga

Presenças: 15 conselheiros e 41 convidados

O Conselheiro Marcelo Néri destacou a necessidade de se apresentar e debater o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) dada a relevância do acesso à internet no desafio da transição brasileira para a sociedade do conhecimento. Ressaltou que o PNBL é parte fundamental da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).

Cezar Alvarez, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital, destacou a importância da banda larga para o País, que é uma ferramenta para incrementar a cidadania e a inclusão digital, além de funcionar como catalisadora do desenvolvimento econômico (estudos indicam que há incremento de cerca de 1,38% no PIB quando a banda larga se expande 10%). Apresentou o diagnóstico da internet brasileira, que é cara (cerca de 5 vezes o preço japonês),



concentrada (somente 21% dos domicílios possuem banda larga) e lenta (34% das conexões são de até 512 kbps e apenas 1% tem velocidade maior que 8 Mbps). Entre os objetivos do PNBL citam-se: redução da desigualdade social e regional; gerar emprego, renda e qualificação dos serviços prestados; e possibilitar a competitividade e inserção do país no cenário internacional.

Hélio Graciosa, Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), destacou que a inovação traz benefícios para a sociedade brasileira, como geração de empregos, de riqueza e de capital intelectual; inclusão digital e poder de negociação.

Demi Getschko, Diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apresentou o conceito de banda larga: conectividade perene, com qualidade estável e alta disponibilidade, atendendo às aplicações básicas da comunidade. Segundo Demi, em 2009, um terço dos domicílios do país possuía computadores e somente um quarto tinha acesso à internet. Dos domicílios com acesso, 66% têm conexão de banda larga.

O Conselheiro Antonio Carlos Valente, Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil, ressaltou que a empresa busca conectar pessoas para incluí-las na sociedade da informação. O Brasil é, hoje, o segundo mercado do grupo, com 75 milhões de clientes. Também é o segundo mercado quando considerado o resultado financeiro, representando pouco mais de 20% da indústria da Telefônica. Por fim, destacou que existem expressivas diferenças regionais que devem ser consideradas ao se desenvolverem planos e políticas nesse setor.

O Conselheiro Silvio Meira, Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), questionou sobre as razões do PNBL não contemplar também a rede pública de TV digital e o projeto do set-top de baixo custo. Disse que o PNBL deveria dar maior ênfase à mobilidade e menos à construção de redes de fibra.

O Conselheiro José Zunga, Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações da Inclusão Digital e Social (IOST), disse que o acesso de todos os consumidores deve ser feito com a mesma qualidade, independente da localização, se no interior ou na capital. Por fim, o Conselheiro João Paulo dos Reis Velloso disse que “tributar a banda larga é tributar conhecimento, é como cobrar imposto em cima de livro, um absurdo”.

Subgrupo Balanço de Pagamentos e Transações Correntes² Reunião de Instalação

Data: 01/09/2010

Horário: 14h30 às 17h30

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

A reunião foi coordenada pelo Conselheiro Luiz Aubert, que ressaltou que o Brasil enfrenta déficits comerciais na indústria, especialmente no setor de máquinas e equipamentos, o qual sofre uma concorrência feroz de produtos chineses.

João Carlos Ferraz, diretor de planejamento do BNDES, fez uma análise detalhada dos componentes da conta de transações correntes e destacou que o déficit atual ainda não gerou vulnerabilidade externa, embora tenha sacrificado mais alguns setores, principalmente, o industrial. Em seguida, sugeriu que os Conselheiros elaborem uma agenda de trabalho para dois meses, definindo o foco dos debates e interlocutores.

Francisco Pires de Souza, do BNDES, sugeriu que o estudo faça uma análise crítica abordando dois aspectos: 1) Macroeconômico: associado à ideia de que déficits em transações correntes crescentes podem fragilizar o Balanço de Pagamentos (BP); 2) Microeconômicos: associados à ideia de que a competitividade das empresas brasileiras de bens e serviços é baixa e em situação em que a moeda doméstica está apreciada.

O Conselheiro Luiz Aubert sugeriu que o debate seja precedido de um diagnóstico que identifique os setores em que se concentram as exportações brasileiras para que o grupo consiga fazer recomendações de incentivos respeitando as peculiaridades dos setores envolvidos. Apontou alguns gargalos sobre os quais o GT deve se debruçar: i) a questão do custo Brasil; ii) a baixa formação bruta de capital fixo (investimento bruto); iii) a manutenção de elevada carga tributária sobre investimentos; a lenta devolução dos créditos tributários; a necessidade de criar mecanismos que permitam a repatriação de dinheiro, algo em torno de R\$ 100 bilhões de dólares que migraram no passado para o resto do mundo.

² Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.



Subgrupo Balanço de Pagamentos e Transações Correntes³ **2ª Reunião**

Data: 21/09/2010

Horário: 14h30 às 17h30

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

Francisco Eduardo Pires de Souza, assessor da Diretoria de Planejamento do BNDES, apresentou os principais conceitos e as características do Balanço de Pagamentos brasileiro. Ressaltou que, no Brasil, o balanço de rendas, mais especificamente a conta lucros e dividendos, é o mais negativo, contribuindo para o déficit em conta corrente. Mostrou três principais formas de financiar o déficit em conta corrente: investimento direto estrangeiro (IDE); investimento estrangeiro em ações; e empréstimos (bancários ou títulos). Cada uma leva ao déficit em transações correntes de modo diferente.

Marcelo Nascimento, do BNDES, apresentou indicadores recentes para o Balanço de Pagamentos, de forma a ilustrar a evolução do saldo em transações correntes. Mostrou que as reservas internacionais se ampliam, desde 2007, devido ao resultado da conta de capitais. Até o fim de 2010, as reservas devem atingir mais de US\$ 280 bilhões. Destacou que, desde 2006, a balança comercial é a principal responsável pelo déficit em conta corrente, respondendo por, aproximadamente, 50% da queda em transações correntes. A trajetória recente indica agravamento do déficit na conta serviços, a qual pode passar a ser a maior responsável pelo déficit em transações correntes. Ressaltou que a queda no saldo comercial foi influenciada mais pelo aumento das importações relacionadas ao nível de atividade (indústria) e a ampliação do consumo de bens duráveis. Nas importações, o efeito quantidade supera o efeito preço. Nas exportações, o efeito preço é mais significativo devido à recuperação de preços de commodities.

Mario Bernardini, da ABIMAQ, disse que estimativas apontam para um déficit crescente em conta corrente, podendo alcançar US\$ 100 bilhões em 2014. As importações estão pressionando o déficit, principalmente as de produtos manufaturados.

A professora Vera Thorstensen disse que para melhorar o saldo da conta corrente hoje não basta aumentar as exportações, pois o comércio global está desenhado sob um multissistema, composto por sistemas multilaterais, regionais, bilaterais, nacionais etc. Sobre política cambial, disse que a desvalorização da moeda chinesa frente ao dólar é de 40% e que todos os instrumentos de política de comércio externo com esse câmbio são inúteis.

Subgrupo Balanço de Pagamentos e Transações Correntes⁴ **3ª Reunião**

Data: 06/10/2010

Horário: 14h às 17h

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Pauta: Impacto do câmbio e da taxa de juros sobre o déficit em transações correntes

Reunião coordenada pelo Conselheiro Jacy Afonso de Melo, com palestra de Marcio Holland de Brito, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP. Holland afirmou que a taxa de câmbio é uma variável com muitos problemas e que existe uma tendência para um regime de câmbio flutuante administrado no pós-crise. Em sua opinião, a taxa de câmbio não está equilibrada no Brasil, já que produz aumentos rápidos no déficit de transações correntes do Balanço de Pagamentos. Atualmente, assiste-se um debate nacional focado nas seguintes questões: 1) o real está mesmo apreciado?; 2) existe uma primarização do comércio exterior brasileiro?; 3) Como se inter-relaciona a apreciação do real com déficits em transações correntes?

Para o professor Holland o real está apreciado e já se observa uma forte tendência de desindustrialização da economia brasileira. Este problema deve ser enfrentado pelo próximo governo, o que exige mudanças na política econômica, especialmente no que tange a redução da taxa de juros e uma âncora fiscal, baseada na proposta de produzir superávit nominal em médio prazo, ou seja, até 2014.

Os conselheiros propuseram o aprofundamento do debate no CDES mediante realização de seminário sobre a política econômica com eixo nas seguintes questões: 1) como criar as condições para reduzir os juros; 2) o

³ Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.

⁴ Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.



que fazer para reduzir a apreciação do real frente às moedas internacionais. Os conselheiros propuseram o encaminhamento das discussões bilaterais entre as centrais sindicais e federações empresariais no sentido de buscar os pontos de convergência para uma melhoria do cenário das contas externas. Entendem que perda de competitividade dos produtos brasileiros gera redução de emprego e renda no Brasil.

Mesa-Redonda Financiamento de Longo Prazo: Desafios e Oportunidades*

Data: 11/11/2010

Horário: 14h às 17h30

Local: Escola Trevisan de Negócios, São Paulo/SP

Coordenador: Conselheiro Paulo Godoy

Moderador: José Paulo Kupfer

Painelistas:

- Bernard Appy – diretor de Pesquisas e Projetos de Negócios da BMF/BOVESPA;
- Ernani Teixeira Torres Filho – Superintendente da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico do BNDES;
- Marcelo Giufrida – Conselheiro do CDES e Presidente da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais);
- Rubens Sardenberg – economista-chefe da FEBRABAN.

* Atividade prevista



Comitê Gestor

4ª Reunião

Data: 14/04/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: Brasília/DF

Tema: 33º Pleno do CDES - encaminhamentos da Oficina Preparatória

Presenças: conselheiros Artur Henrique, José Antônio Moroni, Murillo de Aragão, Nair Goulart e Paulo Simão.

Durante a reunião foi definida a pauta e metodologia da 33ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

5ª Reunião

Data: 10/05/2010

Horário: 14h30 às 18h

Local: Brasília/DF

Tema: Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: conselheiros Artur Henrique, José Antônio Moroni, Murillo de Aragão e Nair Goulart



GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento

11ª Reunião

Data: 01/03/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: São Paulo

Tema: Política de Investimentos em Infraestrutura Econômica e Social

Presenças: 9 conselheiros e um ministro de Estado

Durante a reunião, coordenada pelo Conselheiro Paulo Godoy, foi realizado um diálogo sobre o novo ciclo de desenvolvimento sustentável do Brasil.

12ª Reunião

Data: 08/06/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: Investimentos e Ambiente de Negócios na Cadeia de Fornecedores da Petrobras

Presenças: 7 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 6 convidados

Durante a reunião foram explicadas as responsabilidades do CDES em relação à coordenação do Programa Melhoria da Infraestrutura Física da Cadeia de Fornecedores da Petrobras.

O Conselheiro Maurílio Biaggi sugeriu a realização de seminários regionais para apresentar os portfólios de investimentos e as necessidades de bens e serviços necessários para a materialização dos investimentos com forte conteúdo nacional. O Conselheiro Joseph Coury reafirmou a importância de se assegurar o conteúdo nacional na Cadeia de Fornecedores da Petrobras e assinalou a dificuldade de acesso das micro e pequenas empresas nesta cadeia. O Conselheiro Paulo Godoy afirmou a necessidade de aumento da velocidade de instalação da rede para criar condições de fortalecer os fornecedores nacionais visando atender as demandas da Petrobras, pois as empresas de conteúdo estritamente nacional ainda não estão se beneficiando dos investimentos em andamento. Em relação ao Programa Melhoria da Infraestrutura Física, foi sugerido que ele deverá focar a expansão e melhoria da infraestrutura econômica e social dos territórios que vão receber os investimentos da Petrobras nos próximos quatro anos, bem como inserir a proposta de realização seminários regionais para estimular a criação/fortalecimento de arranjos produtivos locais para atender a demanda da cadeia de fornecedores.

Subgrupo Financiamento de Longo Prazo⁶ Reunião de Instalação

Data: 01/09/2010

Horário: 09h às 12h

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

A reunião foi coordenada pelo Conselheiro Paulo Godoy. O Diretor de Planejamento do BNDES, João Carlos Ferraz, fez uma análise da relevância do tema do financiamento de longo prazo para a política econômica do país, em função das perspectivas de crescimento da economia brasileira até 2020. Em sua opinião, nos próximos cinco anos o investimento anual crescerá duas vezes mais do que o produto: algo como 9,5% de expansão do investimento para um PIB anual de 5%. Explicou que há necessidade de construir mecanismo de mercado para financiar o novo ciclo de desenvolvimento, pois os investimentos do País não podem ser “BNDES dependentes”, até porque os recursos disponíveis no banco são insuficientes para atender ao crescimento da demanda nos próximos anos. Assinalou que uma das grandes dificuldades para a expansão do crédito privado é a dificuldade da captação de poupança interna e externa, porque a taxa de juros de longo prazo é menor do que taxa de juros de curto prazo na economia brasileira. Apontou que estão em curso debates com o Ministério da Fazenda,

⁶ Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.



ANDIMA, Febraban, Bolsa de Valores, Abrapp, Fenaseg, CVM, bancos públicos e outras instituições, com o objetivo de gerar alternativas de funding privado de longo prazo. Segundo Ferraz, as fontes de financiamento de longo prazo extra BNDES são: 1) Lucros retidos das empresas; 2) Captação de recursos no exterior; 3) Mercados de capitais de renda variável (que estão evoluindo no Brasil); e 4) Títulos de renda fixa e debêntures.

O Conselheiro Marcelo Giufruda afirmou que o grande desafio é financiar as necessidades de crédito no curto prazo, ou seja em 2011 e 2012 sem mudar. Neste sentido, sugeriu: isenção tributária para papéis de renda fixa para aplicadores estrangeiros; aperfeiçoar a securitização dos ativos dos bancos públicos, de forma a liberar recursos para expandir financiamento. Para o médio prazo, Giufruda defendeu a reformulação do mercado de renda fixa, de forma a assegurar retornos superiores às aplicações de curto prazo; a criação de canais para fluir a liquidez disponível no mercado, reduzindo o custo efetivo dos empréstimos para as empresas tomadoras.

Paulo Godoy afirmou que o Subgrupo se posicionará inicialmente sobre infraestrutura e depois se estenderá para outros temas ligados aos nove desafios estratégicos e prioritários da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

Subgrupo Financiamento de Longo Prazo⁷

1ª Reunião

Data: 06/10/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Durante a reunião Nelson Sieffert, Superintendente de Infraestrutura do BNDES, fez uma exposição sobre a carteira de financiamentos do banco, destacando a demanda de financiamento, as operações em análise e financiamento, bem como a evolução recente dos mecanismos de empréstimo. Segundo Sieffert, 75% da carteira de financiamento do BNDES é destinada ao setor privado. Desses, ressaltam-se as operações de Financiamento Corporativo e de Project Finance, destinada à fase de implementação de projetos de infraestrutura. Mencionou que o BNDES criou recentemente um novo paradigma para os Project Finance na área de infraestrutura, no qual sobressaem: 1) controle privado; 2) participação pública; 3) modicidade tarifária; 4) cessão e vinculação de recebíveis; 5) incentivo à antecipação da entrada em operação antes do prazo previsto no contrato de concessão; e 6) dimensão sócio-ambiental.

João Carlos de Medeiros Ferraz, Gerente Financeiro da Petrobras, fez uma rápida exposição sobre o programa de investimentos da empresa para o período 2010-2014, orçado em R\$ 224 bilhões. Afirmou que as maiores dificuldades para a realização desses investimentos são: acesso à tecnologia de ponta; qualificação de mão de obra e acesso a crédito de investimentos e de capital de giro. Ferraz falou sobre o recém criado Programa Progredir, instrumento de crédito de capital de giro que se destina a criar melhores condições de acesso para fornecedores da cadeia de suprimentos da Petrobras, especialmente pequenas e médias empresas. Essa cadeia é constituída por 250 mil empresas e 500 mil contratos. Com isso, espera-se uma redução média de 30% nos custos de empréstimo e uma oferta de crédito de R\$ 3 bilhões para capital de giro.

O Conselheiro Paulo Godoy, na condição de presidente da ABDIB, falou sobre os projetos de infraestrutura nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás, transportes e logística, saneamento básico e telecomunicações nos próximos cinco anos, que demandarão investimentos de R\$ 804 bilhões. Segundo estudos efetuados pela ABDIB, os recursos provenientes do BNDES, da capitalização da Petrobras e de fundos públicos são insuficientes para atender esta demanda. Portanto, é necessário discutir e propor novos mecanismos de ampliação de crédito, especialmente do setor privado nacional e internacional.

Subgrupo Financiamento de Longo Prazo⁸

2ª Reunião

Data: 11/11/2010

Horário: 14h às 17h30

Local: São Paulo/SP

⁷ Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.

⁸ Evento realizado no âmbito da parceria estratégica do CDES com o BNDES.



GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental

Colóquio Matriz de Transportes, Eficiência Energética e Desenvolvimento Sustentável

Data: 22/02/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Auditório do Tribunal Regional Federal - São Paulo/SP

Presenças: 4 conselheiros e 20 convidados

A reunião, coordenada pelo Conselheiro Artur Henrique, teve como objetivo aprofundar o debate sobre a matriz de transportes nacional, avaliando a situação atual e as perspectivas para o futuro, considerando, em especial o novo ciclo de desenvolvimento do país, a realização da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Também foi feita uma análise da necessidade de se rever os modais de transporte, reduzir os custos de transporte, o consumo de combustíveis e a emissão de gases de efeito estufa, bem como a melhoria da mobilidade urbana.

Fizeram palestras Marcelo Perrupato e Silva – Secretário Nacional de Política de Transportes do Ministério dos Transportes e João Alencar Oliveira Júnior – Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. Os comentaristas foram Márcio Dagosto - Vice-coordenador do Programa de Engenharia de Transportes da COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Marcelo Cardoso – Diretor-executivo do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

6ª Reunião

Data: 26/04/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Gabinete Regional da Presidência da República - São Paulo/SP

Tema: Bioenergia e Biocombustíveis

Presenças: 7 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 12 convidados

O Conselheiro Artur Henrique coordenou a reunião. O Ministro André Corrêa do Lago, do Ministério de Relações Exteriores, afirmou que as discussões do CDES são excepcionais para exercício do diálogo social. Para Corrêa do Lago, o Brasil tem debatido internamente a questão da sustentabilidade porque essa é uma agenda interna, não apenas para respostas internacionais.

Luis Augusto Cortez, do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), afirmou que o Laboratório trabalha para construir uma nova tecnologia para no longo prazo viabilizar uma maior produção de etanol no Brasil. Em seguida foi realizado um debate com os conselheiros. O Conselheiro Artur Henrique ressaltou a necessidade de avançar no texto final do grupo com foco na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar

1ª Reunião

Data: 06/07/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República

Tema: Projeto Piloto de Absorção da Mão de Obra do Setor Sucroenergético pela Cadeia Produtiva da Construção Civil em São Paulo.

A reunião debateu estratégias para a requalificação dos trabalhadores da cana-de-açúcar e a demanda por mão de obra na construção civil, como resultado do GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade, que influenciou a implementação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, em 2008. A partir de enunciado do Compromisso e de iniciativa dos conselheiros envolvidos está



sendo estruturada uma ação para absorção da mão de obra excedente do setor sucroenergético (principalmente devido à mecanização) pela cadeia produtiva da construção civil no Estado de São Paulo. A expectativa é que este seja um piloto para acordos semelhantes em outras regiões e, mesmo, envolvendo outros setores. O debate realizado durante a reunião tomou como base o Programa de Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-Açúcar promovido pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) e pela Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), além de experiências no setor da construção civil.

Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar

2ª Reunião

Data: 27/07/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: Monitoramento das atividades do Projeto Piloto de Absorção da Mão de Obra do Setor Sucroenergético pela Cadeia Produtiva da Construção Civil em São Paulo

Foi aprovada por unanimidade a constituição de Comitê Executivo integrado por um titular e um suplente da da Única, do Sinduscon-SP, Anamaco/FIESP e da CUT, que mobilizarão o conjunto de entidades do setor patronal e dos trabalhadores nos municípios de Bauru e Ribeirão Preto, assim como o poder local e entidades da sociedade civil que tenham potencial para contribuir na concepção e implementação do projeto piloto, inclusive no que tange a recursos técnicos, materiais e financeiros. Ficou definido que os conselheiros Artur Henrique, Cláudio Conz, Marcos Jank e Paulo Simão e a equipe técnica da SEDES serão informados permanentemente sobre o andamento dos trabalhos. Quando necessário, o Comitê Executivo poderá solicitar reunião de monitoramento com o CDES e a SEDES/SRI visando à tomada de decisões que contribuam para o bom andamento do projeto, inclusive em termos de apoio institucional, técnico e político.

Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar

3ª Reunião

Data: 07/10/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República - São Paulo/SP

Tema: Monitoramento das atividades do Projeto Piloto de Absorção da Mão de Obra do Setor Sucroenergético pela Cadeia Produtiva da Construção Civil em São Paulo

Durante a reunião, a UNICA apresentou para o comitê a experiência com o Projeto Renovação, voltado para o próprio setor sucroalcooleiro. Os representantes da UNICA disseram que existem problemas estruturais no desenvolvimento de um projeto voltado exclusivamente para a construção civil que devem ser vencidos, como o custo e a metodologia a ser utilizada. Sugeriram que cada instituição defina o papel a ser desempenhado para trazer algo de concreto às discussões.

A representante do Sinduscon-SP apresentou a experiência da instituição em qualificação de mão de obra para a construção civil. A questão dos recursos e da mensuração da quantidade de trabalhadores a serem qualificados é essencial para o desenvolvimento do projeto piloto.

A representante da CUT ressaltou que mensurar o quantitativo de trabalhadores é primordial para se pensar no público alvo e no projeto, pois é importante saber se existe excedente de mão de obra e se essas pessoas querem trabalhar na construção civil.

A Feraesp destacou que a instituição detecta a necessidade de mão de obra para o setor da construção civil. Segundo a instituição, o Programa Renovação está em fase experimental. Disse que a metodologia deve partir do perfil de cada comunidade, oferecendo cursos de qualificação voltados também para outros setores. Desse modo, atuaria no desenvolvimento.

Os representantes da Força Sindical de São Paulo destacaram que a construção civil já absorve grande quantidade de mão de obra rural, mas que ainda falta qualificação.



GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

Colóquio Educação Profissional e Inovação

Data: 12/08/2010

Horário: 09h30 às 16h30

Local: Brasília/DF

Tema: Formação de trabalhadores para inovação: um diálogo necessário

Presenças: 6 conselheiros, 1 representante de Conselheiro e 155 convidados

O objetivo do evento foi promover o aprofundamento do debate sobre os rumos da educação profissional, técnica e tecnológica diante das perspectivas econômicas e sociais do país, com foco nos desafios para a formação de trabalhadores para a sociedade do conhecimento e para a inovação.

O Conselheiro Clemente Ganz Lúcio afirmou que a formação profissional precisa estar atenta à inovação e aos avanços tecnológicos. Na sua avaliação, o país precisa formar tecnólogos e pesquisadores para desenvolver novas tecnologias, além de formar pessoas que vão trabalhar na ponta, fazendo as máquinas operarem. O Conselheiro destacou que o desafio do Brasil é criar uma política de formação profissional para deixar de ser um país exportador de produtos primários. O Conselheiro Antoninho Trevisan acrescentou que a formação básica de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da formação profissional. O diretor de Políticas em Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Luiz Caldas, apontou as dificuldades enfrentadas pela falta de mão de obra qualificada. Segundo o diretor, a educação profissional depende de políticas públicas que promovam o acesso ao ensino superior, à expansão da rede pública de educação profissional e à qualificação de professores.

Durante o encontro, Alberto Borges de Araújo, do SENAI apresentou um exemplo de formação profissional inovadora: cursos desenvolvidos com tecnologias digitais de ensino, simulações em 3D, uso do celular para enviar conteúdos aos alunos e simuladores de plantas industriais. Falou ainda sobre a modalidade de educação a distância, criada a partir das novas tecnologias em Web, com cursos orientados pelas constantes mudanças da demanda mercado. Os cursos trabalham com competências transversais, que abordam no conteúdo, temas sobre meio ambiente, gestão, tecnologia da informação e comunicação e propriedade intelectual.



GT Ciência e Tecnologia

Subgrupo Investimentos e Desenvolvimento Oficina Financiabilidade da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras (atividade da Parceria CDES/Petrobras – ver pág. 49)

Data: 30/03/2010

Horário: 09h às 17h

Local: Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

Tema: Financiamento, Ciência Tecnologia e Inovação e Ambiente de Negócios

Presenças: 5 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 20 convidados

A Oficina integra o Grupo de Trabalho 2 - Esfera Pública Relacionada ao Ambiente de Negócios da Rede de Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras, coordenado pela Petrobras, Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Movimento Brasil Competitivo. O objetivo da reunião foi formular metas de longo, médio e curto prazos para financiamento e desenvolvimento tecnológico da cadeia nacional de bens e serviços da Petrobras, bem como das estratégias específicas associadas.

Reunião Preparatória para Missão Internacional à Espanha

Data: 22/04/2010

Horário: 14h às 18h

Local: Brasília/DF

Tema: Missão Internacional à Espanha

Reunião preparatória para a participação do CDES no 6º Encontro das Organizações da Sociedade Civil da União Europeia e da América Latina e Caribe e Reunião Conjunta entre o CDES e o Conselho Econômico e Social da Espanha.

Participação na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - Sessão Plenária Especial

Data: 26/05/2010

Horário: 09h às 20h

Local: Brasília/DF

Tema: Ciência, Tecnologia e Inovação em sua dimensão territorial

Durante a sessão foram apresentadas as conclusões das conferências regionais. Antoninho Trevisan, Conselheiro do CDES, falou sobre como o tema de C&T e inovação está inserido na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi precedida de cinco conferências regionais (CO, N, NE, S, SE) e os debates foram divididos de acordo com as linhas do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, que são: i) Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; ii) Inovação na Sociedade e nas Empresas; iii) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; iv) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.



GT Grandes Eventos Esportivos

Reunião de instalação

Data: 26/10/2010

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Edifício sede do BNDES, Rio de Janeiro/RJ

Tema: Ciência, Tecnologia e Inovação em sua dimensão territorial

Presenças: 14 conselheiros, 5 representantes de conselheiros e 17 convidados

A criação do Grupo de Trabalho foi aprovada na 35ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES. O GT tem como objetivo acompanhar, de forma ampla, todas as atividades e demandas relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

1ª Reunião*

Data: 24/11/2010

Horário: 09h30 às 16h30

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Durante o período da manhã, haverá a participação de representantes da Casa Civil e dos Ministérios dos Esportes, Trabalho e Turismo e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base. À tarde os conselheiros dialogam sobre os encaminhamentos e próximos passos do grupo.

* Atividade prevista



Observatório da Equidade

Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

Data: 09/02/2010

Local: Brasília/DF

Presenças: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio e representantes da SEDES

Pauta: Funcionamento do Conselho Diretor do OE; diretrizes para dar encaminhamentos aos temas em observação; desenho da Oficina para releitura dos problemas da educação profissional e participação do CDES/OE na Conferência Nacional de Educação - CONAE.

1º Encontro para jornalistas sobre a CONAE e Plano Nacional de Educação, promovido pelo Todos Pela Educação

Data: 02/03/2010

Local: Sede do Todos Pela Educação - São Paulo/SP

Pauta: Ampliar e qualificar a cobertura da mídia sobre Educação

Mesa de Interesse na Conferência Nacional de Educação - CONAE: O Potencial das Políticas Tributária e Educacional para o Desenvolvimento

Data: 31/03/2010

Horário: 14h às 16h

Local: Brasília/DF

Pauta: Políticas Tributária e Educacional e seus efeitos na geração de desigualdades sociais e a busca de equidade na Educação.

Presenças: 3 conselheiros e 32 convidados

O CDES/Observatório da Equidade participou na etapa estadual da CONAE apresentando suas contribuições nas conferências do Ceará e Rio Grande do Sul. Na etapa nacional, participou com a Mesa de Interesse e com a distribuição de seis mil unidades do documento “Retratos das Desigualdades na Escolarização e no Sistema Tributário Nacional”, entregue a todos os participantes. Foi verificado, através de observação e contatos com os participantes, que o material teve uma excelente aceitação, sendo mencionado como um importante documento para compreensão sobre o tema foco da Conferência – a questão do financiamento da educação e seus entraves e possibilidades. Além desta participação no conteúdo dos debates, o CDES esteve presente durante os três dias em um estande, no qual foram distribuídas as seguintes publicações: Relatório de Observação nº 3 – As Desigualdades na Escolarização no Brasil (450 unidades); Relatório de Observação nº 1 – Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional (420 unidades); Folder Institucional do CDES (350 unidades); Trajetória do Debate no CDES sobre a Crise Financeira Internacional (300 unidades); Agenda Nacional de Desenvolvimento (250 unidades); CDES: uma síntese das atividades (250 unidades); Seminário Internacional sobre Desenvolvimento (250 unidades); Relatório de Atividades 2009.

Um resultado concreto desta participação é a publicação do artigo “O Potencial das Políticas Educacional e Tributária para o desenvolvimento com equidade”, no livro “Da CONAE ao PNE 2011-2020”, publicado pelo Conselho Nacional de Educação e editora Moderna.

Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade com técnicos do MEC/INEP

Data: 31/03/2010

Local: INEP – Brasília/DF

Pauta: Análises de indicadores educacionais a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.



14ª Reunião da Equipe Técnica do tema Sistema Tributário Nacional

Data: 15/04/2010
Horário: 14h às 17h
Local: Brasília/DF

15ª Reunião da Equipe Técnica do tema Sistema Tributário Nacional

Data: 04/05/2010
Horário: 14h30 às 18h
Local: Palácio do Planalto – Brasília/DF
Pauta: Continuidade do debate sobre os temas a serem observados pelo Relatório de Observação 2010 e montar calendário de atividades do Observatório da Equidade - STN para 2010.

Oficina com a Rede de Observação do Observatório da Equidade

Data: 30/06/2010
Horário: 09h30 às 18h
Local: Sede do IBAM - Rio de Janeiro/RJ
Presenças: 7 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 42 convidados
Pauta: Aperfeiçoar a proposta do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional de forma a permitir a continuidade do acompanhamento dos resultados da política tributária na promoção do desenvolvimento com equidade.

Como recomendações gerais foi sugerido a atualização imediata do ano-base dos indicadores e que o trabalho de análise do STN leve em conta a necessidade de redução das desigualdades de gênero e de raça.

Colóquio Federalismo Fiscal e Combate às Desigualdades

Data: 23/07/2010
Horário: 09h as 13h
Local: Othon Hotel, Salvador/BA
Organização: Subchefia de Assuntos Federativos - SAF/SRI
Pauta: Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Observatório da Equidade sobre o tema Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - metodologia, observação e resultados do primeiro ciclo de observação.

Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 29/07/2010
Horário: 14h30 as 18h
Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF
Pauta: Informe sobre o Seminário Sistema Tributário Nacional e Oficina Indicadores de Equidade do STN, realizado no dia 30 de junho no Auditório do IBAM/RJ; Análise do esquema explicativo do STN por problemas, de forma a verificar os dados a serem atualizados e os novos indicadores a serem criados. Organização da agenda de reuniões da equipe técnica visando a atualização da observação do tema até outubro de 2010.

Reunião com Diretores de Unidade da EMBRAPA

Data: 04/08/2010
Local: Sede da EMBRAPA - Brasília/DF
Pauta: Parceria interinstitucional para promover a disseminação dos conhecimentos produzidos no CDES/Observatório da Equidade sobre situações geradoras de desigualdades na população rural.



Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 27/08/2010

Horário: 14:30 as 18h

Local: Palácio do Planalto, Anexo II, sala 215 - Brasília/DF

Pauta: Atualização dos dados do esquema explicativo do STN (ano base 2007) e a criação de novos indicadores (P3, P4, P5).

Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional com assessor do Ministério de Minas e Energia

Data: 20/09/2010

Horário: 14h às 18h

Local: Palácio do Planalto, Anexo 1, Brasília/DF

Pauta: Apresentação e proposta de inclusão de Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - Problema 4.

Reunião da Equipe Técnica do STN com o Prof. Amir Khair

Data: 23/09/2010

Horário: 11h às 14h30

Local: São Paulo/SP

Pauta: Levantar os principais pontos capazes de alterar o atual Sistema Tributário Nacional (reformas marginais) de forma a sustentar o novo ciclo de desenvolvimento do País.

Reunião do Conselho Diretor e Comitê Técnico do Observatório da Equidade do tema Educação

Data: 28/09/2010

Horário: 10h às 16h

Local: Palácio do Planalto, Anexo I, Brasília/DF

Pauta: Análise dos indicadores de desigualdade na escolarização e definição de eixos e análise do Relatório das Desigualdades na Educação/2010.

Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional com representante do Sebrae

Data: 08/10/2010

Horário: 14h30 às 16h

Local: Sebrae Nacional - Brasília/DF

Pauta: Verificar questões sobre o Simples Nacional - dados necessários para análise do P3 do Esquema explicativo do STN.

Seminário do Observatório da Equidade: As Políticas de Educação e Tributária como Fundamentos para um Novo Ciclo de Desenvolvimento

Data: 18/11/2010

Horário: 09h às 14h

Local: Auditório do Conselho Nacional de Educação – CNE, Brasília/DF.

Pauta: Apresentar e debater, junto à Rede de Observação do Observatório da Equidade, os resultados do processo de Observação da Educação e do Sistema Tributário Nacional/2010 e suas contribuições para o novo ciclo de desenvolvimento do país com equidade.



Atividades Internacionais

Reunião Preparatória para a II Mesa-Redonda CDES e Conselho Econômico e Social Europeu (CESE)

Data: 14/01/2010

Horário: 10h às 13h

Local: Palácio do Itamaraty, Sala Geminada B - Brasília/DF

Pauta: 1) Palestra do MRE sobre desfecho da COP 15; 2) Sugestões para debate com a União Europeia; 3) Discussão do documento da delegação do CDES; 4) Discussão dos pontos para Declaração Conjunta da Mesa Redonda.

II Mesa-Redonda da Sociedade Civil CDES e Conselho Econômico e Social Europeu (CESE)

Data: 24/01/2010 a 26/01/2010

Local: Museu Emílio Goeldi – Belém/PA

Tema: Mudança climática e matriz energética mundial

Participantes: Ministro Alexandre Padilha e Conselheiros Alberto Broch, Antoninho Trevisan, Artur Henrique, Bruno Ribeiro, Clemente Ganz Lúcio, José Vicente, Lincoln Fernandes, Manoel da Cunha, Nair Goulart e Paulo Simão.

O estabeleceu, desde a sua criação, relações com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). O acordo para estabelecimento da Mesa-Redonda foi assinado na Reunião de Cúpula Brasil - UE, no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008. O objetivo do encontro é buscar as convergências de análises e explorar as possibilidades de recomendações conjuntas que são encaminhadas para a Cúpula dos Chefes de Estado do Brasil e da União Europeia. A Mesa realiza reuniões alternadas na Europa e no Brasil. A primeira ocorreu em Bruxelas, Bélgica, nos dias 7 e 8 de julho de 2009, tratando do tema “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da Sociedade Civil”.

I Reunião do Grupo de Trabalho do Tema da AICESIS para 2009/2011

Data: 12/02/2010

Local: Roma – Itália

Tema: O papel dos CES no novo modelo econômico social e ambiental de governança global

Participantes: Conselheiro Alberto Broch

Participação do CDES na reunião da comissão responsável pela relatoria do tema de trabalho 2009/2011 da Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), intitulado “O Papel dos Conselhos Econômicos Sociais e Instituições Similares no Novo Modelo Econômico, Social e Ambiental de Governança Global”, proposto pela Presidência Italiana e aprovado pelos demais membros do Conselho de Administração da AICESIS, em reunião realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, em Moscou. A primeira reunião de trabalho ocorreu em Roma, Itália, no dia 12 de fevereiro de 2010, na Sede Conselho Nacional da Economia e do Trabalho (CNEL italiano). No primeiro encontro foram apresentadas as primeiras contribuições do relator-geral e relatores dos subgrupos. Ficou a recomendação de que os relatores participem de uma Mesa-Redonda internacional a ser realizada no Brasil, durante o primeiro semestre de 2010, que servirá de subsídio para a redação de uma primeira versão do documento. A primeira contribuição do CDES Brasileiro foi disseminada entre os membros da AICESIS na reunião de Moscou (em dezembro de 2009).

Foi estabelecido o seguinte cronograma para desenvolvimento do tema ao longo de 2010:

- Um relatório preliminar sobre o tema de trabalho será submetido ao Conselho de Administração da AICESIS, em reunião prevista para julho de 2010, quando também ocorrerá a Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York.
- Um segundo relatório, incorporando as contribuições dos diferentes membros será apresentado na reunião de dezembro do Conselho Administrativo da AICESIS.



Reunião conjunta CDES e Comitê Econômico e Social Espanhol

Data: 04/05/2010

Local: Madri, Espanha

Participantes: Ministro Alexandre Padilha e Conselheiros Joseph Couri, Jorge Nazareno Rodrigues e José Lopez Feijóo.

A reunião conjunta entre o Conselho Econômico e Social da Espanha e o CDES antecedeu o 6º Encontro das Organizações da Sociedade Civil Organizada da União Europeia e da América Latina e Caribe, que ocorreu em Madri, de 5 a 7 de maio de 2010.

A reunião conjunta teve como objetivo dar novos passos no processo de cooperação entre as duas instituições, em curso desde 2003, avançando no intercâmbio para aperfeiçoamento das instâncias de diálogo e suas práticas.

Durante o evento foram apresentadas e debatidas as atuações dos dois conselhos, os resultados obtidos e os desafios institucionais, fazendo uma reflexão sobre o modelo e o papel que desempenham nas realidades locais e internacionalmente.

O encontro também buscou contribuir para disseminação da cultura do diálogo, especialmente na América Latina, por meio da apresentação e debate das experiências brasileira e espanhola.

6º Encontro da Sociedade Civil - União Europeia e América Latina

Data: 05 a 07/05/2010

Local: Madri, Espanha

Participantes: Ministro Alexandre Padilha e Conselheiros Joseph Couri, Jorge Nazareno Rodrigues e José Lopez Feijóo.

O 6º Encontro das Organizações da Sociedade Civil foi aberto oficialmente pelo Presidente do Conselho Econômico e Social da Espanha, Marcos Peña Pinto, anfitrião do evento.

Apresentaram os objetivos e principais temas em debate o Presidente do Comitê Econômico e Social Europeu Mario Sepi; o Diretor da delegação da Comissão Europeia em Madri, Francisco Fonseca; o Embaixador da Argentina (Presidente pro tempore do Mercosul) junto a EU, Jorge Remes Lenicov; Patricia Durán de Jaeger, da direção do Comitê Consultivo do Sistema de Integração Centroamericana e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo espanhol Miguel Moratinos.

O tema da primeira sessão foi “A Dimensão Social da Inovação”. Nos debates foi enfatizado que a inovação tecnológica deve contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, a criação de inovações deve buscar resolver problemas atuais como crise econômica, aquecimento global, insegurança alimentar e pobreza. Ficou patente a importância da parceria entre a União Europeia e América Latina e Caribe não só para aumentar a competitividade, mas principalmente para superar o subdesenvolvimento e a pobreza.

A segunda sessão tratou de “O papel da sociedade civil na Associação Estratégica Birregional UE-América Latina”, onde se afirmou que ainda é frágil a participação da sociedade civil da América Latina e Caribe nos acordos de associação com a União Europeia. A experiência mais robusta se dá na relação entre o CESE e CDES no âmbito da Parceria Estratégica entre a União Europeia e Brasil.

A terceira sessão teve como tema “Programas e mecanismos de coesão na América Latina”, em que foram apresentados programas e mecanismos criados pela União Europeia para apoiar países da América Latina e Caribe. O Ministro Alexandre Padilha fez uma apresentação do FOCES – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul.

Ao fim do encontro foi apresentada e aprovada a Declaração Final.

Ainda durante a missão à Espanha foi realizada uma reunião bilateral entre o CDES e o CESE – Comitê Econômico e Social Europeu, com a presença do Ministro Alexandre Padilha e do Presidente do CESE, Mario Sepi, para tratar da próxima III Mesa-Redonda CDES-CESE que acontece em setembro na Bélgica.



2ª Reunião Preparatória para a II Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia

Data: 06/05/2010

Hora: 16h às 18h

Local: Palácio do Planalto - Brasília/DF

O Conselheiro João Genésio de Almeida Filho, do Ministério das Relações Exteriores, apresentou um relato sobre a Cúpula dos IBAS/BRIC realizado em Brasília. Foi apresentado um documento do IBGE trazendo as estatísticas de cada um dos componentes do BRIC e que será distribuída aos participantes por ocasião da II Mesa-Redonda entre CDES e CCFR. Foi debatida a questão das vantagens e desvantagens da Institucionalização do bloco. O Conselheiro João Genésio comentou o documento que o CDES apresentará durante a II Mesa-Redonda intitulado: “Será que a década de 2020 consolidará de fato o poder do conjunto BRIC?”. Houve ainda considerações sobre possíveis temas para a III Mesa-Redonda CDES-CCFR, como: inclusão digital e inovação tecnológica.

II Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia

Data: 18 a 19/05/2010

Local: Brasília/DF

Participantes:

CDES: Alberto Broch, Antonio Neto, Jacy Afonso de Melo, José Antonio Moroni, Jose Zunga, Murillo de Aragão e Paulo Simão.

CCFR: Alexander Sokolov, Elena Topoleva-Soldunova, Genri Reznik, Iosif Diskin, Mikhail Ostrovsky e Vladimir Gutenev.

Tema: O papel do BRIC como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes

O evento destacou a ampliação do formato das discussões utilizando grupos de especialistas representantes dos países do BRIC sobre os desafios examinados durante a Mesa-Redonda. A Declaração Final foi assinada pelos presidentes das delegações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Brasil e da Câmara Cívica da Federação Russa (CCFR), Murillo de Aragão e Mikhail Ostrovsky, respectivamente e entregue ao Ministro Alexandre Padilha.

Durante o evento, Iosif Diskin, Presidente da Comissão do Desenvolvimento da Sociedade Civil e Copresidente do Conselho Nacional de Estratégia (CCFR) falou sobre “O papel do BRIC na qualidade da formação da nova ordem econômica e na criação de mecanismos eficazes na governança global”. Jacy Afonso de Melo, Secretário de Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CDES) apresentou um trabalho intitulado: “Será que a Década de 2020 consolidará de fato o poder do Conjunto BRIC?”.

A Declaração Final ressalta a influência global dos países do BRIC (Brasil, China, Índia e Rússia) que estão entre as dez maiores economias do mundo em termos do valor do Produto Interno Bruto, são líderes nas respectivas regiões onde se localizam e são também países com enorme contingente de habitantes e mercados potenciais de consumo gigantescos. Trata, também, da crise global e da necessidade de reformas no sistema financeiro mundial e nas instituições supranacionais.

Assembleia Geral da AICESIS

Data: 05/07/2010 a 09/07/2010

Local: Nova Iorque, Estados Unidos

Participantes: Conselheiros Alberto Broch e Paulo Simão

A delegação do CDES participou da Assembleia Geral da Associação Internacional de Conselhos e Instituições Similares – AICESIS. Durante a viagem, foram realizadas ainda reuniões do Conselho de Administração e grupos de trabalho da Associação. A delegação do CDES também realizou reuniões paralelas com outros Conselhos, com a UNDESA (departamento de assuntos econômicos e sociais das Nações Unidas) e com a Embaixadora do Brasil junto à ONU. A Assembleia Geral de Nova York reuniu 110 delegados de 43 Conselhos Econômicos e Sociais além



de personalidades das Nações Unidas como: Ban Ki-Moon, Secretário Geral; SHA Zukang, também da Secretaria Geral da ONU encarregado da UNDESA; ALI Hamidon, Presidente da ECOSOC; G. Dragnich, Diretor Executivo da OIT e responsável pela área de diálogo social, em substituição a Juan Somavia.

Durante a Assembleia Geral foram apresentados os relatórios das atividades da associação; relatórios financeiros e relatórios dos grupos de trabalho. Foi debatida a proposta de um novo projeto de financiamento para a Associação, apresentado pelo CDES durante seu período na presidência da AICESIS.

O Conselheiro Paulo Simão apresentou o Seminário Internacional sobre Governança que o CDES realizará em setembro de 2010. Todos os Conselhos Econômicos e Sociais foram convidados a participar do evento. Coube ao Conselheiro Alberto Broch apresentar o estágio e conteúdo do relatório em andamento no que se refere à parte que está sob a coordenação do CDES brasileiro do tema de trabalho da AICESIS. Participou também da Mesa de Trabalho que recebeu o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Na ocasião, o Conselheiro sugeriu que a instituição crie o Ano da Agricultura Familiar pela importância do setor como gerador de emprego e renda e para a segurança alimentar dos povos.

Durante a Assembléia foram divulgados os ganhadores do Prêmio do Milênio 2010 indicado pela AICESIS. O projeto do IPA - CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA, intitulado “Promover a igualdade entre sexos e valorização da mulher”, indicado pelo CDES, ficou entre as quatro instituições premiadas.

O CDES se reuniu com o SER Holandês para ver a possibilidade de realização de Mesa-Redonda entre os dois Conselhos abordando a questão do Desenvolvimento Sustentável. Também foram realizadas reuniões com os conselhos econômicos e sociais do conjunto BRIC e que são membros da AICESIS (Brasil, Rússia e China). A Rússia propôs que a próxima Mesa-Redonda seja realizada em Moscou tendo como observadores o CES chinês e uma instituição similar da Índia. O tema do evento é Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no âmbito do BRIC e a proposta é que a Mesa seja realizada antes da próxima Cúpula de Chefes de Estado do conjunto BRIC que está prevista para ocorrer na China, em dezembro.

O Conselho reuniu-se, ainda, com especialistas da UNDESA e solicitou apoio da instituição para a realização do Seminário Internacional sobre Governança, no Brasil, em 16 e 17 de setembro do ano corrente, com o objetivo de apoiar a participação do maior número de conselhos econômicos e sociais da África e da América Latina.

Por fim, a delegação do CDES se encontrou com a Embaixadora do Brasil junto à ONU, Maria Luiza Viotti, para solicitar apoio junto a outros departamentos da ONU para a viabilização da troca de experiências entre os conselhos africanos, latinoamericanos e brasileiro e para a realização do Seminário Internacional sobre Governança.

Participação no debate sobre desenvolvimento regional latino-americano (por vídeoconferência) promovido pela GDLN - Global Development Learning Network

Data: 25/08/2010

Horário: 12h às 15h

Local: CDT/UnB

Participante: Conselheiro Murillo de Aragão

O Banco Mundial e o Instituto Tecnológico de Monterrey organizaram um debate via vídeoconferência com diversos participantes do Brasil, EUA, México, Costa Rica e República Dominicana (membros de governo, estudantes e representantes da sociedade civil) para discutir os principais desafios ao desenvolvimento na América Latina em um contexto pós crise mundial.

III Mesa-Redonda da Sociedade Civil CDES e Conselho Econômico e Social Europeu (CESE)

Data: 08/09/2010 a 10/09/2010

Local: Antuérpia - Bélgica

Tema: Dimensão Participativa e Equidade Social e Segurança Alimentar e Nutricional

Participantes: Esther Bemerguy, Secretária do CDES e Conselheiros Antonio Neto, Alberto Broch, Clemente Ganz Lúcio, Jacy Afonso de Melo, José Vicente, Sérgio Haddad e Naomar Monteiro de Almeida.



O Conselheiro Alberto Broch apresentou durante a III Mesa-Redonda experiências brasileiras sobre Segurança e Soberania Alimentar e o Conselheiro Sergio Haddad falou sobre “Dimensão participativa e equidade social”. Broch está seguro que a experiência no MSTTR permite apontar as experiências do Brasil sobre o assunto.

Ao fim do encontro foi apresentada a Declaração Final que traz os seguintes pontos entre suas recomendações: 1) A Mesa-Redonda recomenda o fortalecimento e ampliação do diálogo entre os poderes políticos e as organizações da sociedade civil, visando a cooperação e a confiança mútuas; 2) Reforço da autonomia e das capacidades dos atores econômicos e sociais mediante políticas que permitam estruturar devidamente a sua participação da base para o topo; 3) Criação de mecanismos institucionais para a organização, participação e consulta da sociedade civil, como os conselhos econômicos e sociais e mecanismos autônomos de diálogo social; 4) A Mesa-Redonda recomenda investir nos métodos da educação participativa como elemento para elevar a qualidade e a efetividade do diálogo; 5) A Mesa-Redonda recomenda ampliar a participação da sociedade civil nos organismos internacionais de governança e fazer evoluir os direitos sociais a fim de que tenham a mesma natureza dos direitos econômicos na governança mundial; 6) Dada a centralidade da temática, a Mesa-Redonda compromete-se a acompanhar e participar no processo de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20; 7) Sobre segurança alimentar e nutricional, destacam-se para debate os temas da soberania alimentar, da participação da sociedade civil como um direito cívico fundamental, do reconhecimento jurídico do direito à alimentação, da sustentabilidade da produção agrícola, do papel das organizações agrícolas e das comunidades rurais no desenvolvimento socioeconômico dos países, as consequências da importação de produtos alimentares para a segurança alimentar e a responsabilidade da UE e do Brasil enquanto grandes exportadores mundiais, do direito à alimentação no quadro das normas comerciais internacionais, das interrelações entre segurança alimentar, produção de energia e bioenergia e mudanças de clima, do reconhecimento da agricultura familiar pelas Nações Unidas.

Seminário Internacional sobre Governança Global

Data: 16 a 17/09/2010

Local: Brasília/DF

Tema: O papel dos Conselhos Econômicos e Sociais e de instituições similares no novo modelo econômico, social e ambiental de governança.

Participantes: 300 participantes

O objetivo do Seminário foi debater as novas perspectivas e os novos desafios da governança global frente ao novo cenário internacional e nacional. A abertura contou com a participação do Conselheiro Antoninho Trevisan; do representante do presidente da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), Fabrizio Onida; do Secretário-Geral da AICESIS, Patrick Venturini; e dos presidentes do Conselho Econômico e Social do Senegal, Burundi, República do Chade e República do Congo: Ousmane Ndiaye, Gérard Niybigira, Delwakassire Nouradine e Jean Marie Tassoua.

Durante o evento, o presidente da AICESIS, Fabrizio Onida, destacou o rápido crescimento do Brasil e a importância de programas de orientação social, como o Bolsa Família, para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Foram realizadas seis conferências. A dimensão social foi o tema da conferência do Professor James Galbraith, da Universidade do Texas, que elogiou a liderança mundial do Brasil no processo de construção de agendas sociais direcionadas para a redução da pobreza. Chamou atenção para o perigo dos denominados “estado predatórios”, aqueles nos quais as forças financeiras assumem o Estado e se transformam em ferramenta de poder.

O professor Eduardo Viola afirmou que as mudanças climáticas são um tema sensível para o cenário atual e futuro da governança global. Conforme seu entendimento, poucos países no mundo têm poder para resolver o problema e associou a menor capacidade de adaptação às mudanças climáticas a sociedades mais pobres e com menos capacidade tecnológica. Citou a diminuição do desmatamento no Brasil em um terço, no período de 2004 a 2009, como um evento único no mundo.

Larry Randall Wray, economista e professor da Universidade de Missouri, abordou a questão do financiamento para o desenvolvimento, demonstrando o que acontece quando o sistema financeiro toma conta de um país e quais mudanças são recomendadas. Para ele, o Estado ainda é, e continuará sendo, um dos condutores do processo de



crescimento e desenvolvimento dos países.

Michael Hudson, economista, falou sobre o papel estatal na direção das economias nacionais e as relações existentes entre os Estados e o controle global de capitais especulativos. Apontou as falhas históricas cometidas por países como os EUA, que optaram por facilitar a transferência de renda e de propriedade para as grandes financeiras e bancos, tornando outros países dependentes financeiramente de tais organizações.

A conferência de Xavier Timbeau, economista e diretor do Escritório Francês de Conjunturas Econômicas, analisou os atuais indicadores e as novas perspectivas para mensurar o desempenho econômico e o progresso social de um país. Para ele, o PIB representa o ponto principal nessas análises. Mas, para ter uma visão real, é necessário incluir, no PIB, o ganho de capital negativo.

A necessidade de valorizar o conceito de riqueza humana foi o ponto central da apresentação do economista Julio Boltvinick. É necessário concentrar esforços na análise e na reflexão sobre o papel dos indicadores sociais na construção de uma visão sobre o bem estar humano.

Em paralelo ao Seminário houve uma reunião do CDES com representantes dos países africanos da CPLP com o objetivo de trocas de experiências sobre as formas de organização social nesses países e para que os países africanos de língua portuguesa conhecessem melhor o Conselho brasileiro.

Reunião da especialista independente sobre Direitos Humanos do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Data: 08/11/2010

Horário: de 09h00 às 13h00

Local: Ministério das Relações Exteriores

Participantes: Ministra Gláucia Silveira Gauch – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do MRE, Farida Shaheed/ONU e representantes da SEDH, SPM, SEPIR, SAE, FUNAI e SEDES/CDES.

Durante a reunião foram apresentadas e debatidas as políticas públicas, programas e ações do governo brasileiro em relação aos Direitos Humanos e proteção das minorias, em especial, mulheres, povos indígenas e quilombolas e o papel do controle social e do diálogo social na formulação das políticas.

Reunião do Conselho de Administração da AICESIS*

Data: 02 a 04/12/2010

Local: Tunísia/África

Reunião Conjunta do CDES com o Fórum Econômico e Social do Mercosul*

Data: 16/12/2010

Local: Foz do Iguaçu

* Atividade prevista

* Atividade prevista



Outras Atividades

Colóquio sobre Projeto de Lei de Responsabilidade Social

Data: 20/01/2010

Horário: 14h30 às 17h30

Local: Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Salão Oval – Brasília/DF

Tema: Governança para o Sistema de Proteção Social

Presenças: 9 conselheiros e 20 convidados

Durante o evento, o grupo de trabalho responsável pela proposta de consolidação das políticas sociais apresentou os aspectos centrais da proposta de projeto de Lei. Durante o debate, os conselheiros lembraram que o CDES defende em todas as suas formulações estratégicas que o processo de desenvolvimento deve ter como valores principais a busca da equidade e da sustentabilidade. Na avaliação dos conselheiros, a proposta de audiência pública como instrumento de participação é insuficiente, assim como a representação dos conselhos setoriais nas instâncias propostas para acompanhar o processo de elaboração dos planos de metas e de monitoramento dos resultados. Por fim, os conselheiros consideraram oportuno encaminhar a matéria fortalecendo na Administração Pública a cultura de planejamento de metas sociais e a diretriz de redução de desigualdades e busca de desenvolvimento com equidade.

Painel do CDES no Fórum Social Mundial Temático da Bahia

Data: 30/01/2010

Horário: 14h às 16h

Local: Hotel Pestana Bahia – Salvador/BA

Tema: Crises e oportunidades

O painel teve como objetivo realizar uma reflexão coletiva sobre os debates entre empresários, lideranças sindicais, movimentos sociais e governo, que têm ocorrido no âmbito do CDES, e têm como base o acordo a respeito de um conceito de desenvolvimento amplo, inclusivo e sistêmico. A experiência do CDES aponta para as possibilidades e resultados do diálogo para conformação de políticas públicas e concertação em torno da construção de um projeto de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental. O painel foi coordenado pelo Ministro Alexandre Padilha, que destacou quatro momentos na trajetória do CDES. O primeiro, logo após a sua criação, quando havia forte desconfiança de que o Conselho viesse a ser uma instância que substituisse o papel do Parlamento. Nesse momento, o principal instrumento de reflexão e produção coletiva foram as seis Cartas de Concertação, que contribuíram para forjar debates e consensos em torno de temas importantes. O segundo momento foi caracterizado pela elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) quando os conselheiros mostraram capacidade tecnopolítica de construir consensos em torno do desenvolvimento brasileiro. O terceiro momento foi identificado com a atuação dos conselheiros no monitoramento da crise financeira internacional, quando foi intensificado o diálogo com as autoridades econômicas e os presidentes dos bancos públicos. O principal mérito do CDES na ocasião foi dar respaldo ao presidente Lula e às autoridades econômicas para adotar políticas anticíclicas e continuar atuando para restaurar o crescimento econômico com inclusão social e distribuição de renda. O quarto momento é o atual, quando os conselheiros estão mobilizados diante do desafio de elaborar propostas para o período pós-crise.

Painel: Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

Data: 09/03/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: São Paulo

Presenças: 7 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 78 convidados



O painel foi realizado pelo CDES em parceria com os Institutos Vitae Civilis, Ethos e Crises e Oportunidades. Durante o evento foram discutidos os desafios para a construção coletiva de padrões consumo e a distribuição sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental para o Brasil. Os palestrantes foram: Conselheiro Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conselheiro Paulo Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Ricardo Abramovay, professor do Departamento de Economia da USP; Conselheiro Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos; Branca Americano, diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas do Brasil Contemporâneo na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Paris e Ladislau Dowbor, professor da PUC/SP.

Evento Cúpula BRIC de Think Tanks: participação de conselheiros do CDES

Data: 14/04/2010 a 15/04/2010

Horário: 08h30 às 15h

Local: Brasília/DF

Tema: Crise econômica internacional

A Cúpula BRIC de Think Tanks: O papel dos BRIC na transformação global após a crise econômica foi uma realização do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aproveitou a Cúpula dos Presidentes dos Países que compõem o BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China, ocorrida no dia 16 de abril em Brasília. O evento reuniu representantes dos governos e pesquisadores de centros de estudos dos quatro países. Foram debatidos o novo papel desses países no cenário mundial, com destaque para os impactos da crise financeira internacional; a dinâmica do comércio exterior; a mudança climática global; o papel dos investimentos estrangeiros diretos; o processo de introdução de inovação tecnológica e as transformações nas instituições da governança global. A abertura do evento contou com a participação do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Samuel Pinheiro Guimarães; do presidente do Ipea, Marcio Pochmann; do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Patriota; do diretor do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), Rathin Roy; do vice-presidente da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Li Yang; e dos embaixadores da Índia, B. S. Prakash; da China, Qiu Xiaohu; e da Rússia, Sergey Pogosovich Akopov.

A participação dos conselheiros no evento fez parte das atividades de preparação para a II Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, que ocorrerá em maio de 2010.

Colóquio sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e na América Latina

Data: 22/06/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: Brasília/DF

Presenças: 6 conselheiros e 62 convidados

O evento, coordenado pelo Conselheiro Alberto Broch, foi realizado em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. Teve como objetivos: 1) Aprofundar o debate sobre a situação atual e as perspectivas das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e na América Latina, a partir do olhar do governo, da sociedade civil e de organismos internacionais; 2) Contribuir para o processo de preparação dos conselheiros do CDES para debater o tema da Segurança Alimentar e Nutricional na Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Europeia.



4ª Reunião da Cúpula Brasil-União Europeia

Data: 14/07/2010

Horário: 12h às 13h

Local: Brasília/DF

A 4ª Reunião de Cúpula Brasil – União Europeia contou com a participação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso; e do presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy. O CDES foi representado pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e pelo Conselheiro Artur Henrique, que apresentou às autoridades presentes as conclusões da 2ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil CDES-CESE, realizada em janeiro deste ano. Os dois conselhos defendem que os líderes mundiais devem, com urgência, chegar a um acordo global para controlar e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa. Eles pedem esforços para um acordo vinculativo na COP 16 (México, novembro de 2010), compensando a decepção da Conferência de Copenhague. A Mesa-Redonda ressaltou a importância da participação da sociedade civil em questões ambientais. A próxima reunião será em setembro de 2010, na Bélgica.

Reunião Preparatória sobre Rio + 20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Data: 21/10/2010

Horário: 10h às 11h30

Local: Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF

Pauta: Participação do CDES no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, de acordo com posição adotada na Terceira Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil - União Europeia realizada em Antuérpia - Bélgica, nos dias 9 e 10/09/2010.

Coordenador: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do DIEESE

Interlocutores: Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e equipe do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

PARCERIA CDES/PETROBRAS

A parceria entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e a Petrobras iniciada em dezembro de 2009, tem por objetivo participar/contribuir com o desenvolvimento da Rede de apoio voltada à “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras”, iniciativa conjunta da empresa, do Ministério do Planejamento, da Fundação Nacional da Qualidade e do Movimento Brasil Competitivo.

A Rede envolve as organizações empresariais e de trabalhadores da cadeia nacional de fornecedores de petróleo e gás, os Ministérios do Governo Federal, as secretarias estaduais de planejamento e administração e as entidades de fomento e financiamento do desenvolvimento brasileiro, perfazendo um total de 60 entidades. Dentre outros objetivos, a rede busca integrar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável, a distribuição de benefícios e a inovação com resultados para a sociedade. A aposta do CDES enquanto instituição representativa da sociedade de colaborar na definição dos grandes rumos do país de forma compartilhada lhe credenciou a fazer parte desta rede.

De dezembro de 2009 até outubro de 2010 foram produzidas e realizadas pelo CDES:

Oficina sobre “Financiabilidade da cadeia de Fornecedores de bens e Serviços da Petrobras” (atividade do Subgrupo Investimentos e Desenvolvimento)

Data: 30/03/2010

Horário: 09h às 17h

Local: Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

Tema: Financiamento, Ciência Tecnologia e Inovação e Ambiente de Negócios

Presenças: 5 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 20 convidados



A Oficina integra o Grupo de Trabalho 2 - Esfera Pública Relacionada ao Ambiente de Negócios da Rede de Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras, coordenado pela Petrobras, Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Movimento Brasil Competitivo. O objetivo da reunião foi formular metas de longo, médio e curto prazos para financiamento e desenvolvimento tecnológico da cadeia nacional de bens e serviços da Petrobras, bem como das estratégias específicas associadas.

Colóquio Desenvolvimento Local e Regional em Contexto de Grandes Investimentos

Data: 24/06/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: Universidade da Petrobras, Rio de Janeiro/RJ

O Colóquio integra as ações do projeto “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras”, na qual o CDES participa do GT “Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios”. O objetivo do evento foi o de debater a interação entre o plano de investimentos da Petrobras e os planos de desenvolvimento territoriais em curso, tendo em vista um desenvolvimento inclusivo e integrado entre as diferentes intervenções promovidas pela Petrobras e Governo Federal.

2º Colóquio Desenvolvimento Local e Regional em Contexto de Grandes investimentos

Data: 25/10/2010

Horário: 09h30 às 13h

Local: Rio de Janeiro/RJ

Dando continuidade às ações do GT “Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios”. do projeto “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras”. O CDES e a Petrobras promoveram o II Colóquio para aprofundar a reflexão sobre os desafios que os grandes projetos colocam para a governança e para o desenvolvimento territorial a partir da ótica da inclusão, do desenvolvimento social e da equidade.

Moção sobre o Pré-Sal e o novo padrão de desenvolvimento encaminhada ao Presidente da República

Data: 20 de outubro de 2009

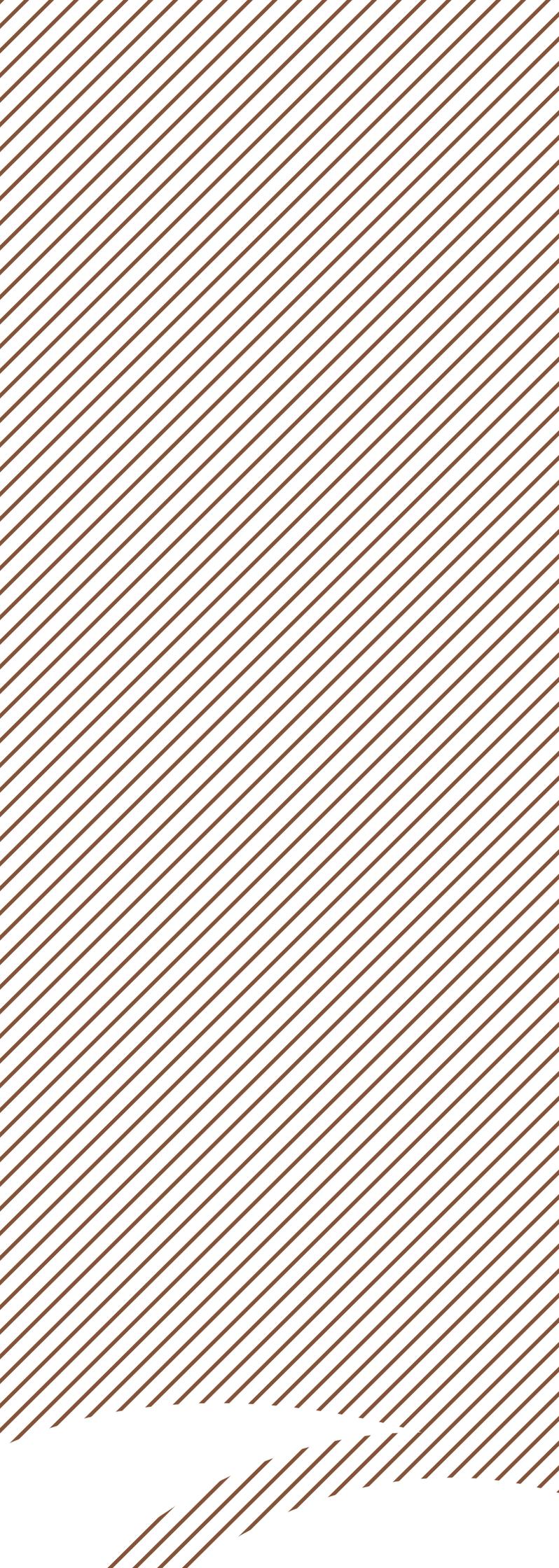
Ver Anexos – pág. 69.

PARCERIA CDES/BNDES

Em agosto de 2010 foi iniciada uma parceria estratégica do CDES com o BNDES cujo objetivo é debater temas relevantes da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, aprovada pelo CDES em junho de 2010. O diálogo com o BNDES engloba temas de interesse comum e tem por finalidade gerar propostas e recomendações para o Governo. Definiu-se começar o exercício de parceira institucional por meio dos seguintes temas: necessidades de ampliação do financiamento de longo prazo, com ênfase na expansão do crédito privado; balanço de pagamentos; déficit em transações correntes.

A partir de 1º de setembro do corrente ano deu-se início à realização de várias reuniões para aprofundar o entendimento sobre os dois temas, a partir de visões diferenciadas. Conforme se verifica ao longo deste relatório, ocorreram até o momento cinco encontros. Três relacionados à questão do déficit em transações correntes e dois vinculados ao financiamento de longo prazo. Está programada a realização de uma Mesa-Redonda no dia 11 de novembro para debater as visões e propostas do setor público e do setor privado com relação ao aumento do financiamento privado de longo prazo. O próximo passo da parceria estratégica constitui a elaboração de relatório a respeito dos dois temas, visando um diálogo com o Ministério da Fazenda, ainda em 2010.

As atividades realizadas no âmbito da parceria estão descritas ao longo deste Relatório.



ANEXOS



Moções



MOÇÃO AGRICULTURA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Brasília, 26 de agosto de 2010.

A agricultura é eixo estratégico da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento apresentada pelo CDES ao Presidente da República na 34ª reunião do CDES, em 17/06/2010. Identificados na Agenda os desafios para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro, o Conselho iniciou um processo de debates e proposição de soluções concertadas sobre esses temas. Nesse contexto, foi realizado no dia 04/08/2010 um colóquio sobre o papel da agricultura tendo como referencial a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O CDES reconhece a importância do desenvolvimento rural em agendas prioritárias da sociedade brasileira e mundial como segurança alimentar, matriz energética sustentável e mudança do clima. Nesses três pilares de um modelo de desenvolvimento sustentável o Brasil tem condições de assumir a liderança em escala mundial. Para isso, entendem os conselheiros, é necessário construir uma agenda para a concertação no médio e no longo prazo de um modelo de produção agropecuário que contribua para a redução das desigualdades, o acesso sustentável aos recursos naturais e o desenvolvimento regional.

Os conselheiros e conselheiras consideram que o Brasil já desenvolve práticas sustentáveis de agricultura e pecuária, destacando-se métodos agroecológicos, o plantio direto, a integração lavoura, pecuária e florestas e a recuperação de pastagens e áreas degradadas. Nessa direção de maior qualidade e eficiência nos processos produtivos, de respeito nas relações de trabalho, de incorporação das dimensões ambientais e de incremento tecnológico, os conselheiros e conselheiras recomendam:

1. Incorporar os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e do Desenvolvimento Agrário – MDA no CDES visando contribuir para o diálogo social sobre um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura e a pecuária que seja continuamente ampliado, aperfeiçoado e aprofundado, em todas as suas dimensões e possibilidades.
2. Incentivar a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo, ampliando significativamente os investimentos em logística, transportes, comunicações, irrigação, saúde, educação, esportes, lazer, equipamentos culturais, saneamento básico e habitação rural.
3. Estabelecer um processo de planejamento estratégico de longo prazo integrando o desenvolvimento da agricultura com o uso sustentável dos recursos naturais e com a manutenção da biodiversidade em todos os biomas brasileiros.



MOÇÃO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E ROYALTIES

Brasília, julho de 2010.

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o desenvolvimento do País, reuniram-se para refletir, aportar análises e informações e gerar recomendações para aperfeiçoar o Sistema Tributário Nacional e a distribuição de recursos fiscais na Federação Brasileira.

O CDES considera fundamental para o desenvolvimento do País uma revisão do Sistema Tributário que contenha impostos progressivos e estimuladores da produção e do emprego e alerta que a conjuntura de crescimento econômico, aliada às perspectivas de elevação das receitas oriundas da exploração do petróleo, são condições extremamente favoráveis à realização da Reforma Tributária porque permite minimizar os custos de transição para o novo marco legal e o conflito entre os entes federados.

- Considerando o parecer do CDES aprovado na 30ª Reunião Plenária sobre a necessidade de promover maior equidade no Sistema Tributário Nacional e na distribuição de recursos fiscais na Federação;
- Considerando que o sistema de transferências intergovernamentais é inadequado, o que se expressa na distância entre o orçamento *per capita* dos municípios mais pobres em relação aos mais ricos, e na carência de incentivos ao esforço de arrecadação dos entes federados;
- Considerando que as receitas do petróleo constituem uma renda transitória e volátil, uma vez que provêm da exploração de um recurso natural finito e cuja precificação no mercado internacional está sujeita a enorme instabilidade.
- Considerando que as atuais regras de repartição e aplicação dos royalties são claramente incompatíveis com princípios e objetivos desejáveis para promover um desenvolvimento equitativo e sustentável.
- Considerando que as propostas sobre a distribuição dos recursos do pré-sal que estão em debate no Congresso Nacional não atendem ao anseio de maior equidade na divisão dos recursos e de redução nos conflitos federativos e promovem a distribuição da totalidade dos recursos por meio de fundos de participação concebidos para outras finalidades.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, recomenda a Vossa Excelência:

1. Incentivar o amplo debate na sociedade para a produção de novas regras para distribuição justa e equitativa dos recursos do petróleo não só entre as unidades da federação com também entre as gerações, criando as condições para um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. O debate acerca de novos critérios para distribuição dos royalties e participações especiais deve considerar: (i) ampliação das áreas beneficiadas por meio da adoção do conceito de área geoeconômica; (ii) adoção de um teto para distribuir os recursos entre os estados produtores; (iii) adoção de critérios meritórios; (iv) ampliação da participação dos estados e municípios não produtores via um sistema que não tenham como base os fundos de participação concebidos para outras finalidades; e (v) constituição de fundos perpétuos, fundos de investimento liberados mediante projetos aprovados por um organismo de apoio de acordo com critérios baseados no planejamento plurianual.
2. Manter e acelerar o processo continuado e gradativo de reformulação do Sistema Tributário Nacional buscando uma estrutura tributária justa, simples e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego.

O CDES conclui que a forma como o Estado obtém os recursos para exercer suas funções e como estes são divididos interessa ao conjunto da sociedade e que o diálogo ajuda a produzir acordos para minimizar custos de transição, conflitos federativos e promover o desenvolvimento equitativo em todo o País.



MOÇÃO SOBRE BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS

Brasília, 17 de junho de 2010.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) reconhece que o Brasil possui potencial econômico, social e ambiental para liderar processo internacional de transição para uma economia verde com baixa emissão de carbono, no qual a bioeletricidade e os biocombustíveis tem um papel relevante.

O CDES recomenda que o Brasil deve continuar investindo fortemente para aumentar a participação da bioenergia e dos biocombustíveis verdes na Matriz Energética visando dar suporte ao novo ciclo de desenvolvimento do país, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Constatamos que houve avanços consideráveis no setor de bioenergia e biocombustíveis no tocante ao atendimento de diversas recomendações contidas no Parecer deste Conselho, datado de 29 de outubro de 2008. Contudo, acreditamos que é relevante intensificar as ações no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência das políticas públicas no setor, destacando-se:

1. A importância do diálogo e da ação tripartite concretizado no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que obteve grande adesão das principais empresas do setor em todas as regiões do país. Considerando a necessidade de monitorar os compromissos assumidos pelos signatários (governo, empresários e trabalhadores) salientamos que é fundamental avançar na estruturação imediata das Auditorias e do Reconhecimento do Governo previstos no citado documento.
2. Fazer gestões junto ao Congresso Nacional com vistas à aprovação do projeto de lei que trata do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Em paralelo, ressaltamos a importância de o Governo Federal adotar diretrizes que antecipem ações operacionais ligadas ao texto do projeto de lei, bem como adotar essa modalidade de zoneamento para outros agrocombustíveis.
3. Fortalecer e aprimorar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), bem como adotar medidas que visam a corrigir eventuais distorções no encaminhamento atual do PNPB, principalmente nos aspectos relacionados à inserção social dos agricultores familiares nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, objetivo principal do programa.
4. Intensificar a Pesquisa e Inovação tecnológica nas oleaginosas para produção de biodiesel, assim como no etanol de segunda e terceira gerações e na alcoolquímica.
5. Incentivar o emprego de técnicas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto ambiental na produção de biocombustíveis.
6. Ampliar a participação da sociedade civil, especialmente dos produtores, trabalhadores e consumidores, nos sistemas de governança das políticas públicas de bioenergia e de biocombustíveis.

Finalmente o CDES reafirma a importância do diálogo social como instrumento fundamental da democracia visando construir consensos entre diferentes atores sociais com respeito a temas e políticas de importância estratégica para o desenvolvimento brasileiro, ao tempo em que declara a validade e a atualidade das recomendações contidas no Parecer do CDES sobre a Bioeletricidade e os Biocombustíveis para a melhoria contínua da sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor.



**MOÇÃO SOBRE A INDICAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA
AO PRÊMIO NOBEL DA PAZ**

Brasília, 25 de janeiro de 2010.

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o desenvolvimento do País, refletindo sobre a importância social do trabalho realizado pela nossa amiga e colega conselheira Zilda Arns Neumann à frente da Pastoral da Criança e

- Considerando o reconhecimento brasileiro ao mérito da atuação da Pastoral da Criança, que já se fez refletir em quatro indicações anteriores ao Premio Nobel da Paz, em 2001, 2002, 2003 e 2005;
- Considerando os resultados efetivos da atuação da Pastoral da Criança na redução da mortalidade infantil e no fortalecimento da cultura da paz
- Considerando o reconhecimento ao mérito do trabalho da doutora Zilda à frente da Pastoral Brasileira foi demonstrado anteriormente pela associação suíça 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, em 2006;
- Considerando que a atuação da Pastoral da Criança serviu de modelo para cerca de 15 países, como Angola, Moçambique, Uruguai, Equador, e México, entre outros, o que demonstra sua efetividade na redução da mortalidade infantil e no fortalecimento da cultura da paz;

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, recomenda a Vossa Excelência:

Indicar a Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz, na edição 2010, entendendo que sua importância para a redução das desigualdades sociais e da mortalidade infantil e para o fortalecimento da cultura da paz e da cidadania nos países que sofrem com os impactos da pobreza habilita esta experiência a receber o reconhecimento internacional por meio da premiação.

Nós, Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social assumimos o compromisso de fortalecer o movimento pela indicação da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz – 2010, divulgando a iniciativa aos nossos segmentos e redes sociais.



MOÇÃO SOBRE O PRÉ-SAL E O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Brasília, 20 de outubro de 2009.

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o desenvolvimento do País, reuniram-se para refletir e gerar recomendações sobre o modelo regulatório de exploração e produção das reservas de petróleo e gás descobertas na chamada camada “pré-sal” e áreas estratégicas e seus possíveis desdobramentos.

- Considerando as condições econômicas construídas pelo Brasil que lhe proporcionaram singular capacidade de agir e de promover o desenvolvimento com distribuição de renda.
- Considerando que a descoberta de tamanha riqueza permite à nação descortinar um futuro brilhante se a exploração e distribuição dessa riqueza for adequadamente regulamentada e bem administrada, com vistas ao País que se quer a longo prazo.
- Considerando que já se consolidou quase que uma unanimidade na sociedade brasileira de que o Estado precisa, de fato, assumir o controle sobre essa riqueza para garantir os interesses estratégicos do Brasil.
- Considerando que a ação do Estado deve ser imediata para não perder a oportunidade que o momento oferece ao País.
- Considerando que o legado às futuras gerações será incomensurável se o País se comprometer, finalmente, com um projeto de desenvolvimento que promova o pagamento da dívida social acumulada no passado.
- Considerando que a exploração e produção da imensa riqueza que representa o pré-sal não pode ser subestimada, podendo colocar a Petrobras entre uma das maiores empresas integradas do mundo e o Brasil entre as cinco maiores economias do planeta.
- Considerando que a exploração e produção da riqueza do pré-sal gerarão empregos diretos e indiretos nos mais diversificados setores, o que demanda uma política industrial articulada e integrada, de fomento e incentivo à produção nacional com progressiva agregação de valor em todos os elos que compõem a cadeia produtiva.
- Considerando que será necessária a criação de uma série de condições específicas em termos de garantias, financiamento e tributação para exploração do pré-sal e dos elos de sua cadeia produtiva, para sermos competitivos no mundo globalizado.
- Considerando que os fundos social e soberano deverão se adequar às diretrizes estratégicas traçadas para o desenvolvimento sustentável do País.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, recomenda a Vossa Excelência:

1. Aumentar a capacidade de financiamento da Petrobras para realização dos investimentos de médio e longo prazos necessários, em especial no pré-sal, por meio da capitalização da empresa.
2. Desonerar os investimentos, abrindo novas perspectivas para o crescimento das empresas brasileiras e consequentemente gerando novos empregos.
3. Otimizar a taxa de crescimento de produção das reservas e adotar medidas preventivas com intervenção mais ativa da autoridade monetária visando estabilizar a volatilidade do câmbio, variável fundamental para garantir a competitividade de nossas exportações e evitar qualquer risco de que o País venha a sofrer perigo de contaminação por fenômenos tais como a propalada “doença holandesa”.
4. Adequar o marco regulatório do setor à abundância das reservas descobertas, visando aumentar a participação da União no lucro-óleo.
5. Assegurar a apropriação da riqueza, por parte do Estado, em nome da sociedade, de forma a minimizar as disparidades de renda entre cidadãos e de desenvolvimento e bem-estar entre regiões, estados e municípios.
6. Garantir que a matriz energética brasileira mantenha a predominância de fontes renováveis e os segmentos de biocombustíveis não sejam preteridos com a exploração do pré-sal. Neste sentido os recursos do pré-sal também devem ser destinados para pesquisa e inovação em eficiência energética e novas fontes de energias limpas e renováveis.
7. Recomendar que o pré-sal seja desenvolvido da maneira mais sustentável possível liderando a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.
8. Defender a geração de empregos decentes e incentivar a qualificação dos trabalhadores para que a inserção do Brasil na economia mundial que se descortina respeite as convenções internacionais praticadas no Brasil e os direitos dos trabalhadores.



9. Garantir que o crescimento da indústria de petróleo no Brasil gere o desenvolvimento de uma cadeia de fornecedores de bens e serviços, capaz de aumentar o conteúdo nacional, de atender a demanda interna e sendo também importante centro de suprimento em nível global.
10. Gerar incentivos para que as empresas internacionais de exploração de petróleo comprem de empresas instaladas no Brasil, com ênfase, sempre que possível, na micro pequena e média empresa.
11. De posse dos recursos oriundos da riqueza do petróleo, universalizar as políticas sociais priorizando os investimentos em desenvolvimento social, educação, Ciência, Tecnologia & Inovação e infraestrutura.

O CDES se dispõe a ajudar a prospectar as necessidades de infraestrutura e equipamentos, em uma visão articulada da cadeia produtiva do pré-sal, conforme a demanda que Vossa Excelência apresentou.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES estão mobilizados para participar das análises e formulações e contribuir para informar o conjunto da sociedade brasileira que, necessariamente, deve ser envolvida nos debates.



Conselho de
Desenvolvimento
Econômico e Social

Secretaria de
Relações Institucionais

